

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Leila Cristina Mendes

**AS FIGURAS DE LINGUAGEM NA *GRAMÁTICA
SECUNDÁRIA* DE SAID ALI E NA *MODERNA GRAMÁTICA
PORTUGUESA* DE EVANILDO BECHARA – UM ESTUDO
DESCRITIVO-ANALÍTICO**

Mestrado em Língua Portuguesa

SÃO PAULO
2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Leila Cristina Mendes

**AS FIGURAS DE LINGUAGEM NA *GRAMÁTICA
SECUNDÁRI*, DE SAID ALI E NA *MODERNA GRAMÁTICA
PORTUGUESA* DE EVANILDO BECHARA – UM ESTUDO
DESCRITIVO-ANALÍTICO**

Mestrado em Língua Portuguesa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

SÃO PAULO
2010

BANCA EXAMINADORA

MENDES, Leila Cristina. 2010. As Figuras de Linguagem na *Gramática Secundária* de Said Ali e na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara – um estudo descritivo-analítico. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa.

RESUMO

Esta dissertação situa-se na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa do Programa de Estudos Pós Graduated em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem por objeto de estudo as figuras de linguagem presentes na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de Manuel Said Ali e na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara. O objetivo principal que norteia esta pesquisa é descrever e analisar como as obras *Gramática Secundária* de Said Ali e a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara abordam as figuras de linguagem. Por estar alicerçada nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, esta investigação considera os aspectos histórico, político, social, econômico, cultural e educacional em que as gramáticas foram construídas. O procedimento metodológico utilizado foi o teórico-descritivo-analítico, cujos passos foram eficazes no direcionamento da busca por respostas aos objetivos apresentados. A relevância desta pesquisa é justificada pelo fato de ambos os autores terem produzido gramáticas que serviram e servem, ainda hoje, como referência no ensino e pesquisa de língua portuguesa. Os resultados obtidos indicaram que os autores, cada um dentro do seu momento histórico, souberam produzir compêndios ricos, completos e acessíveis no intuito de facilitar o acesso ao conhecimento da língua portuguesa de forma prática e eficaz, mostrando claramente a importância das figuras de linguagem na construção linguística. Não obstante, podemos afirmar que esta pesquisa precisa ter continuidade, visto que foram estudadas apenas uma obra de cada autor, sendo que os mesmos oferecem uma vasta produção a ser analisada.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Gramática; Manuel Said Ali; Evanildo Bechara; Figuras de linguagem.

MENDES, Leila Cristina. 2010. As Figuras de Linguagem na *Gramática Secundária* de Said Ali e na *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara – um estudo descritivo-analítico Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This thesis is included in the Portuguese Language's History and Description of the Postgraduate Studies Program at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Its object of study are the figures of speech presented in the *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (*Portuguese Language Secondary Grammar*) written by Manuel Said Ali and *Moderna Gramática Portuguesa* (*Modern Grammar Portuguese*) of Evanildo Bechara. This research main purpose is to describe and analyze how the books *Gramática Secundária* and *Moderna Gramática Portuguesa* discuss figures of speech. Since we are based in the line of thought of the History of Linguistic Ideas, this research considers the historical, political, social, economic, cultural and educational aspects of the context in which these grammars were built. The methodological procedure used/followed was the theoretical – descriptive and analytical study whose stages were effective in finding answers to our goals. The relevance of this research is that both authors have produced grammars which have been reference in researching and teaching Portuguese Language. The results indicated that the authors, each within its historical moment, have known to produce rich, complete and accessible grammars in order to facilitate access to effective and practical knowledge of Portuguese language, clearly showing the importance of figures of speech in the linguistic construction. Notwithstanding, we conclude that this research may be continued, since we have studied only one book of each author and they still offer a rich production to be analyzed.

Keywords: History of Linguistic Ideas; Grammar; Manuel Said Ali; Evanildo Bechara; Figures of speech.

Aos meus pais, Luiz e Odette.

Sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero, pela atenção para comigo nas orientações e, principalmente, por acreditar no meu trabalho e no meu potencial para desenvolvê-lo;

a todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

às Professoras Doutoras Márcia Molina e Neusa Bastos, pelas ricas sugestões durante o exame de qualificação;

aos meus grandes companheiros e amigos da PUC: Cheila Bragadin, Emerson Salino, Andréia Coccaro, Francisca Trujillo, Vagner Moura e Chris Gally – com vocês a caminhada ficou mais leve e agradável;

a todos os meus amigos do Colégio Paulista – impossível citar o nome de todos –, em especial, ao Prof. Msc. Alexandre Claro Mendes, pelas contribuições fundamentais sobre a parte de história deste trabalho e, principalmente, pela amizade e companheirismo de sempre;

a todos os meus amigos da Escola Estadual Prof. Dário Monteiro de Brito e também da Escola Estadual Prof. João Batista Vilanova Artigas;

à Secretaria Estadual da Educação de São Paulo pelo apoio financeiro concedido por meio do programa Bolsa Mestrado; e, finalmente,

agradeço aos meus pais, Luiz e Odette, por tudo o que fizeram por mim nessa trajetória. Sem vocês, nada seria possível.

SUMÁRIO

Introdução	Pág 09
Capítulo I - História das Ideias: perspectiva teórica	12
1.1. O surgimento de uma Nova História.....	12
1.2. A Escola dos <i>Annales</i>	13
1.3. História das Mentalidades.....	15
1.4. Linguística e História das Ideias Linguísticas	16
1.4.1. Linguística – um breve histórico	16
1.4.2. História das Ideias Linguísticas	20
1.4.3. A Estilística no século XX	22
Capítulo II- Contexto histórico e educacional.....	26
2.1. O século XX- visão geral.....	26
2.2. O Brasil no século XX – a Primeira República (1889-1930).....	29
2.2.1. A Cultura na Primeira República.....	33
2.2.2. A Educação na Primeira República.....	36
2.2.3. O Ensino de Língua Portuguesa na Primeira República.....	41
2.3. O Brasil no Século XX – a República Liberal 1945-1964).....	47
2.3.1. A Cultura nos anos 1950 e 1960.....	54
2.3.2. A Educação na República Liberal.....	58
2.3.3. O Ensino de Língua Portuguesa na República Liberal.....	61
Capítulo III- Manuel Said Ali – vida e obra.....	66
3.1. Vida.....	66
3.2. Obra	67
3.3. A <i>Gramática Secundária</i> de Said Ali.....	72
3.3.1. As partes da <i>Gramática Secundária</i>	74
3.3.2. As Figuras de Linguagem na <i>Gramática Secundária</i>	78
Capítulo IV- Evanildo Bechara – Vida e obra.....	88
4.1. Vida	88
4.2. Obra.....	92
4.3. A <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> de Evanildo Bechara.....	94
4.3.1. As partes da <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	96
4.3.2. As Figuras de Linguagem na <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	100
Considerações finais.....	111
Referências bibliográficas.....	114

INTRODUÇÃO

Esta dissertação compreende uma investigação que, situada na linha de pesquisa *História e Descrição da Língua Portuguesa* do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem como objetos de estudo a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de Manuel Said Ali e a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara. Dessa maneira, a presente pesquisa está tematizada nos movimentos contextuais de produção das obras em estudo.

Manuel Said Ali é, sem dúvida, uma figura de extrema importância no que diz respeito à pesquisa e ao ensino de língua portuguesa no Brasil. Essa importância é tão considerável que foi o grande mestre e a maior influência na carreira de Evanildo Bechara. Sendo assim, muito do que o renomado professor Bechara é hoje, segundo suas palavras, se deve ao exemplo e à influência de Said Ali.

Ambos os estudiosos tornaram-se referência na pesquisa e ensino da língua portuguesa e possuem diversas obras que são utilizadas até os dias atuais tanto como material didático, quanto como material de pesquisa

A *Gramática Secundária*¹ de Said Ali, publicada pela primeira vez em 1923, foi, segundo Clemente (2008), o grande manual que orientou mestres e alunos durante várias décadas do século XX e foi classificada por Câmara Jr (1975, p. 187) como uma *admirável síntese didática*.

A *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara teve sua primeira edição publicada em 1961 e, por nascer dois anos após o surgimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e no mesmo ano da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61), surge como um apoio fundamental aos professores de Língua Portuguesa que dela se utilizaram ao longo de toda a segunda metade do século XX, visto que, no início desse período, ocorreu uma série de mudanças importantes na educação, principalmente no ensino de Língua Portuguesa.

¹ O nome *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* foi abreviado para *Gramática Secundária*.

Tanto Said Ali quanto Evanildo Bechara tinham preocupação em facilitar a vida do estudante e, justamente por isso, procuraram elaborar gramáticas completas e modernas, mas com abordagens simples e objetivas, conforme podemos verificar nos seguintes fragmentos²:

Tem o presente compêndio por objeto expor as doutrinas e regras gramaticais relativas à nossa língua, atendendo às necessidades e conveniências do ensino secundário.

É dever de todo autor de gramática aplanar tanto quanto possível a estrada ao estudante e ajudá-lo a vencer as dificuldades técnicas próprias do idioma, e não criar-lhe novos embaraços colocando no caminho pedras de tropeço. (Said Ali, s/d, p. III)

Ao escrever esta *Moderna Gramática Portuguesa*, foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país. (Bechara, 1963, p.21)

Sendo assim, objetivo principal que norteia esta pesquisa é descrever e analisar como as obras *Gramática Secundária* de Said Ali e a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara abordam as figuras de linguagem.

Por estar alicerçada nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas – disciplina que analisa o modo como o saber linguístico é interpretado e desenvolvido no curso do tempo – esta investigação levará em consideração os aspectos histórico, político, social, econômico, cultural e educacional em que as gramáticas foram construídas.

O procedimento metodológico utilizado foi o teórico-descritivo-analítico, cujos passos foram eficazes no direcionamento da busca por respostas aos objetivos apresentados.

Esta pesquisa se justifica pela importância que ambos os autores possuem, até os dias atuais, no que diz respeito ao ensino e à pesquisa na área de língua portuguesa.

Optamos por fazer a análise mais aprofundada das figuras de linguagem, visto que, segundo Brandão (1989), o sentido figurado tem despertado interesse,

² A ortografia nas citações foi atualizada.

desde a Antiguidade Clássica até hoje, de estudiosos de diversas áreas de pesquisa. Uma das causas apontadas refere-se às concepções sobre a natureza do sentido figurado que nunca foram inteiramente unânimes e isso se deve, justamente, à complexidade que tal tema apresenta. Dessa forma, ao fazermos um estudo da gramática de dois autores que são referência na pesquisa e ensino de língua portuguesa, pretendemos fornecer, como contribuição, a visão desses autores a respeito desse tema.

Esta dissertação foi elaborada em quatro capítulos: no primeiro, apresentamos a fundamentação teórica que alicerçou as análises, explicitando sua origem e métodos; no segundo capítulo, apresentamos um panorama social, político, econômico, cultural e educacional do Brasil, bem como um breve histórico das correntes linguísticas e estilísticas que estavam em vigor durante o período de maior produção das obras, o que nos possibilitou conhecer as ideias linguísticas e a mentalidade dominante em cada época; no terceiro e quarto capítulos, abordamos os dados biográficos de cada autor e contextualização em seu tempo e procedemos com o estudo descritivo-analítico da *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de M. Said Ali e *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, enfatizando as figuras de linguagem. Dedicamos o terceiro capítulo a Said Ali e o quarto a Evanildo Bechara. Depois de verificarmos de que maneira esses autores inserem as figuras de linguagem em suas obras, procedemos com a descrição das figuras de linguagem e a análise dessa abordagem dentro do contexto de publicação de cada obra. Por fim, apresentamos as considerações finais do estudo.

Seguem, portanto, as quatro etapas do trabalho.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS – PERSPECTIVA TEÓRICA

O presente capítulo trata das questões relativas à História das Ideias Linguísticas, linha teórica que orienta o presente trabalho e que une História e Linguística.

1.1. O Surgimento de uma Nova História

A forma dominante do estudo da História foi, até o início do século passado, a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada, geralmente, por meio dos grandes feitos de grandes homens e organizada de forma cronológica. Segundo Burke (1990, p.17), a primeira contestação a esse tipo de narrativa ocorreu durante o Iluminismo:

por volta de meados do século XVIII, um certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a “história da sociedade”. Uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os “costumes”, temas que haviam sido o centro de atenção do famoso livro de Voltaire “Essai sur les mœurs”.

Boa parte dos estudiosos do Iluminismo dedicaram-se à reconstrução de comportamentos e valores do passado, como história da arte, da música, da literatura e, no final do século XVIII, já haviam produzido um conjunto de obras extremamente importantes. No entanto, ainda segundo Burke (idem), uma das consequências da chamada “Revolução Copernicana”, ligada ao nome de Leopold van Ranke, foi marginalizar a história sociocultural. Em sua época, a história não política foi excluída da nova disciplina acadêmica e, por isso, os

ideais dos novos historiados profissionais, em boa parte, estavam relacionados ao antigo modo de se fazer história.

No século XIX, alguns historiadores discordavam desse tipo de postura, entre eles podemos citar Michelet e Buckhardt. Burke (1990) afirma que Buckhardt interpretava a história como um campo em que interagiam três forças – o Estado, a Religião e a Cultura e Michelet, em suas próprias palavras (*apud* Burke, 1990, p. 19), dizia que “defendia a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos”. Podemos citar, além de Michelet e Burckhardt, Marx como um homem que tinha uma outra visão da história, afinal, para ele, as causas fundamentais de toda transformação histórica poderiam ser encontradas nas tensões existentes dentro das estruturas socioeconômicas.

1.2. A Escola dos *Annales*

A postura contrária à visão tradicional da História ganhou destaque com a publicação da Revista *Annales d'histoire économique et sociale* fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. A *École des Annales* foi fundada no mesmo período da revista e tinha como propósito os mesmos ideais veiculados no editorial da primeira revista. Segundo Caldas (2004, p. 3),

a Escola dos *Annales* é a busca por uma História totalizante, compreendendo o homem na plenitude do seu viver. Para isso a História tradicional era incompleta e incompetente. Era preciso saquear as “Disciplinas do Homem” para transformar a História numa reflexão e numa prática afiadas. Ao mesmo tempo retoma momentos historiográficos abafados por uma avalanche positivista.

Febvre e Bloch representaram a primeira geração dos *Annales*, de 1929 a 1945. Essa geração fundadora teve um caráter radical que se opunha totalmente ao tradicionalismo na história e buscava incessantemente a renovação e a mudança, deixando campo aberto para novos métodos e teorias.

Fernand Braudel, discípulo de Febvre, foi quem dominou a segunda geração dos *Annales*, de 1945 a 1968. De acordo com Burke (1990), a grande obra de Braudel tentou aproximar-se mais das outras ciências sociais. Em relação à dialética entre tempo e espaço, Braudel elaborou uma importante hipótese sobre a pluralidade das ações: a de que é possível decompor o tempo em três planos: a) o geográfico observa o relacionamento entre o homem e o meio que o rodeia. Nele, a história se move muito lentamente, pois os costumes ligados às características geográficas pouco mudam, visto que o ambiente nos quais estão inseridos nada mudou; b) o social diz respeito a questões estruturais, no qual se pode observar a história social de grupos, avaliando distância, crescimento demográfico, economia, entre outros fatores e; c) no terceiro e último plano, a história do homem como indivíduo. Nesse plano, o tempo é dinâmico e as variações ocorrem de maneira mais rápida. Segundo Fávero & Molina (2006, p.21), “essa geração foi marcada por quantificações, por técnicas e até mesmo pela penetração do marxismo”.

A terceira geração dos *Annales*, de 1968 a 1989, teve como principais representantes Le Goff e Chartier. A forma de pensar e estudar a história, para alguns historiadores dos *Annales* da terceira geração, transferiu-se da base econômica para uma superestrutura cultural. Esse novo itinerário intelectual foi representado pela metáfora “do porão ao sótão”. Aqui, o centro das preocupações são as mentalidades, o cotidiano, as diversas interpretações e representações. Essa nova forma de fazer história favoreceu uma ampliação do conceito de fonte, ou seja, testamentos, cartas, documentos arqueológicos, entre outros passam a ser utilizados como ricos materiais de pesquisa.

A mais importante contribuição da Escola dos *Annales* foi a expansão do campo da história para diversas áreas, o que favoreceu a interdisciplinaridade e uma nova metodologia que visou construir um novo tipo de história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e grupos sociais relegados pela história tradicional.

1.3. A História das Mentalidades

A história das mentalidades teve seu surgimento na época da Primeira Guerra Mundial, com Febvre, discípulo de Henri Berr, que, juntamente com outros estudiosos, imprimiram um novo olhar sobre a História. Esse grupo, mais tarde, deu origem aos *Annales*. Todavia, segundo Le Goff (2005), o grupo dos *Annales* não era único. Outras personalidades independentes também tiveram papel pioneiro na história das mentalidades, dentre elas podemos citar o historiador holandês Huizinga, o sociólogo alemão Norbert Elias e o historiador italiano Mario Praz. Para Le Goff (2005, p. 208)

Todos esses autores, quer pertencessem ao grupo dos *Annales*, quer lhe fossem estranhos ou marginais, reconheciam à história um domínio diverso daquele a que estivera limitada, o das atividades conscientes, voluntárias, orientadas para a decisão política, a propagação de idéias, a conduta dos homens e dos acontecimentos.

A história das mentalidades tem como foco estudar o psicológico, tanto individual, quanto coletivo, relacionando-o a questões de linguagem, filosofia e cultura, para assim poder representar a forma como os indivíduos pensam em uma determinada sociedade. Segundo Le Goff (1988, p. 69), o “estudo das mentalidades abrange além da história, visando a satisfazer as curiosidades de historiadores decididos a irem mais longe (...) ao encontro de outras ciências”. Por exemplo, o historiador das mentalidades aproximou-se da Etnologia, para conhecer e poder comparar diversas culturas; da Sociologia a fim de compreender o comportamento social, entre outras áreas, mas, particularmente com a Psicologia Social, visto que as noções de comportamento ou de atitude foram essenciais tanto para o psicólogo social, quanto para o historiador das mentalidades.

Além do contato com outras ciências, a história das mentalidades também imprime uma dinâmica entre opostos, como a junção do individual e do coletivo, do marginal e do geral, do estrutural e do conjuntural.

1.4. Linguística e a História das Ideias Linguísticas

1.4.1. Linguística – um breve histórico

A Linguística é uma ciência nova, do início do século XX. Segundo Orlandi (1986, p.9), essa ciência estabeleceu-se, com bastante sucesso entre as ciências humanas, como a “ciência que tem por objetivo descrever ou explicar a linguagem verbal humana”.

Na Antiguidade Clássica, os pensadores gregos promoviam longos debates sobre a relação entre pensamento e palavras, discutindo “se as palavras imitam as coisas ou se os nomes são dados por pura convenção” (Orlandi 1986, p. 8). Segundo Weedwood (2002), para os romanos, o significado original da palavra se perdia no tempo, e o estudo da etimologia era capaz de recuperá-lo. Além disso, também se preocupavam com o uso prático das gramáticas no que diz respeito à oratória e à análise de textos literários.

Durante a Idade Média, o latim era a língua de análise e eram desconsideradas todas as preocupações universais da língua; no século XVI, eram discutidas as regularidades e irregularidades linguísticas e foi, nesse momento, que surgiram as abordagens particular e universal. A primeira diz respeito aos fenômenos físico-fonéticos que diferenciam as línguas, e a segunda aborda os princípios subjacentes à linguagem.

No entanto, segundo Orlandi (idem), há dois momentos de suma importância no desenvolvimento e constituição da linguística: o século XVII, século das *gramáticas gerais*, e o século XIX, o das *gramáticas comparadas*. No século XVII, os estudos linguísticos são marcados, principalmente, pelo racionalismo, já que os estudiosos da língua procuravam estudá-la enquanto representação do pensamento, mostrando que ela obedecia a princípios lógicos e racionais. No segundo momento, século XIX, o que chamou a atenção daqueles

que estudavam as línguas foi o fato de que elas se transformavam de acordo com o tempo. É a época dos estudos históricos, em que se procurava mostrar que as mudanças que ocorriam com a língua não dependiam da vontade humana, mas, sim, de fatores externos que iriam conduzi-la a mudanças naturais e que seguiam uma regularidade. Para mostrar essa regularidade, alguns linguistas desenvolveram uma escrita simbólica para descrever a própria língua:

(...) os chamados neogramáticos chegaram a enunciar leis para as mudanças na língua: as leis fonéticas, pelas quais eles procuravam explicar a evolução.

Eles construíram uma escrita própria para anotar as formas em sua evolução. Colocaram essas formas como matrizes para um conjunto de formas existentes nas línguas indo-europeias, em relação à inexistente língua-mãe, o indo-europeu. Assim puderam identificar e organizar as formas dessa família de línguas. (...)

Ainda que a codificação dessas regularidades tenha sido o foco de muitas controvérsias, através delas os gramáticos chegaram a formas cada vez mais remotas da língua, até reconstruírem formas supostas da hipotética língua de origem.

Essa escrita simbólica desenvolvida no século XIX dá uma contribuição decisiva para a edificação da Linguística como ciência. Ao construir esta escrita, a gramática histórica se utiliza de símbolos para descrever a própria língua. É isso é a metalinguagem: usar a linguagem para falar da própria linguagem. (Orlandi, 1986, p. 15-16)

Os estudos linguísticos no século XX iniciaram-se com a linguística estrutural de Ferdinand Saussure, mais precisamente com a publicação póstuma de sua obra *Curso de Linguística Geral*. Na verdade, muitas das ideias atribuídas a Saussure já haviam sido expostas, embora não tão claramente, pelo linguista alemão Wilhelm von Humboldt, considerado o primeiro linguista europeu a identificar a linguagem humana como um sistema de regras.

O estruturalismo europeu ou o estruturalismo saussureano pode ser resumido em duas dicotomias: (1) *langue* em oposição a *parole* e (2) forma em oposição à substância. *Langue*, que em português significa língua, no conceito de Saussure, é o que podemos chamar de sistema linguístico e representa a totalidade de padrões e regularidades de formação que são subjacentes à língua. O termo *parole*, que pode ser traduzido por “comportamento linguístico”, representa enunciados reais.

Segundo Weedwood (2002, p. 128),

Estruturalismo", no sentido europeu, então, é um termo que se refere à visão de que existe uma estrutura relacional abstrata que é subjacente e deve ser distinguida dos enunciados reais – um sistema que subjaz ao comportamento real – e de que ela é objeto primordial de estudo do linguista.

Entre as mais significativas das diversas escolas de linguística estrutural surgidas na Europa, na primeira metade do século XX, destacam-se a Escola de Praga, cujos principais representantes foram os russos Nikolai Trubetzkoy (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1938), e a Escola de Copenhague com Louis Hjelmslev (1899-1965) e John Rupert Firth (1890-1960) e seus seguidores.

Além do estruturalismo europeu, outra corrente linguística muito importante no século XX foi o estruturalismo americano que teve como um dos principais representantes e fundadores o linguista americano Leonard Bloomfield (1887-1949). Em 1933, ao publicar o livro *Language*, Bloomfield expôs o seu método, uma abordagem que seguia mais de perto as ideias da psicologia, sobretudo o behaviorismo – método que eliminava toda referência a categorias mentais ou conceituais. As ideias do empirismo também foram uma constante em seu método de análise, pois via o ato linguístico como comportamento humano, e a experiência sensorial, como ponto de partida para a aquisição de uma determinada língua.

Em 1957, Chomsky publicou o livro *Syntactic Structures* que deu nova orientação aos estudos linguísticos modernos. Nessa obra e em outras publicações posteriores, ele desenvolveu o conceito de gramática gerativa que se distanciava bastante do estruturalismo das décadas anteriores. Para essa vertente teórica, a linguagem humana é um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos gerados como respostas a estímulos.

A partir das ideias de Chomsky, a concepção racionalista dos estudos da linguagem foi revitalizada, mostrando que a capacidade humana de falar e entender uma língua deve ser compreendida como resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética, interna ao organismo e não completamente determinada pelo exterior com defendiam os behavioristas. E essa disposição

inata para a competência linguística ficou conhecida como faculdade da linguagem.

A partir dessa concepção, Chomsky coloca o gerativismo no seio da linguística, com o papel de construir um modelo teórico capaz de descrever e explicar a natureza e o funcionamento dessa faculdade. Segundo o autor, com o gerativismo, as línguas deixam de ser interpretadas como um comportamento socialmente condicionado e passam a ser analisadas como uma faculdade mental natural.

Além dessas correntes já mencionadas, não podemos deixar de falar da Escola de Praga ou do funcionalismo linguístico. Esse funcionalismo deve ser entendido como uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, na maioria das vezes, definida por suas funções características.

Na segunda metade do século XX, é comum dizer que a linguística sofreu uma “guinada pragmática”, ou seja, ao invés de se preocuparem com a estrutura abstrata da língua, com seu sistema subjacente, muitos linguistas dedicaram-se ao estudo dos fenômenos mais diretamente ligados ao uso que os falantes fazem da língua. A pragmática estuda os fatores que regem nossas escolhas linguísticas na interação social e os efeitos de nossas escolhas sobre as outras pessoas.

A pragmática linguística nasceu, primeiramente, no campo da filosofia e, por isso, os nomes mais importantes, nessa área, são os três filósofos de língua inglesa: John L. Austin, John Searle e H. P. Grice.

Não poderíamos encerrar este breve histórico sobre a história da linguística, no século XX, sem mencionar o trabalho de Mikhail Bakhtin. Na década de 1970, surgiram as primeiras traduções europeias de seu trabalho.

Um dos aspectos mais inovadores da corrente bakhtiniana foi enxergar a linguagem como um constante processo de interação mediado pelo diálogo – e não apenas como um sistema autônomo.

Segundo essa concepção, a língua só existe em função do uso que locutores e interlocutores fazem dela em situações de comunicação. O ensinar, o aprender e o empregar a linguagem passam necessariamente pelo sujeito, o

agente das relações sociais e o responsável pela composição e pelo estilo dos discursos. Esse sujeito se vale do conhecimento de enunciados anteriores para formular suas falas e redigir seus textos. Além disso, um enunciado sempre é modulado pelo falante para o contexto social, histórico, cultural e ideológico.

1.4.2. História das Ideias Linguísticas

Conforme visto anteriormente, o surgimento da história das mentalidades, no século XX, aproximou a História de uma série de outras áreas como a Psicologia, a Sociologia, as Ciências Sociais e também a Linguística. Surge, então, nesse período, a História das Ideias Linguísticas que abordaremos nos parágrafos a seguir.

Para a História das Ideias, o fundamental é reconstruir o passado de modo a identificar o que nele está contido, de maneira a estabelecer relações que construam o momento no qual o objeto de estudo está inserido. Dessa maneira, esse conceito de História busca não só o resgate das ideias como também os seus reflexos e influências.

Auroux (*apud* FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 24) afirma que uma ideia linguística é “todo saber construído em torno de uma língua, em um determinado momento, como produto de uma reflexão metalinguística ou de uma atividade metalinguística não explícita”.

Dessa forma, a História das Ideias Linguísticas é, segundo Orlandi (2001), uma ciência que estuda/analisa instrumentos tecnológicos ou linguísticos produzidos em um determinado contexto histórico-social. Esses instrumentos – gramáticas, cartas, leis, tratados políticos, dicionários, jornais, entre outros – mostram, por meio de saberes metalinguísticos, a mentalidade de uma época, como sua vida linguística, política, econômica, social e até mesmo filosófica.

Ao analisar um documento/instrumento, a História das Ideias Linguísticas verifica tanto o contexto em que foi produzido seu objeto de estudo, quanto as

marcas linguísticas. A História é a grande aliada, visto que, por meio dela, se obtêm informações sobre sociedade, economia, política, cultura e filosofia de uma determinada época; e a Linguística fornece os meios para esse estudo. Assim, podemos verificar que juntas, história e linguística, podem fornecer profícuos caminhos para a análise de textos.

Segundo Fávero & Molina (2006), a História das Ideias Linguísticas também permite estudar as instituições onde os saberes em análise eram discutidos, disseminados, por quais veículos circulavam e as polêmicas que geravam. Vemos com isso que, de acordo com Auroux (1992), o historiador deve colocar os fatos num hiper-espço que comporta, fundamentalmente, três dimensões: uma cronológica, geográfica e um conjunto de temas.

Trabalhar com a História das Ideias Linguísticas é uma tarefa múltipla, já que o linguista deve trabalhar com uma grande diversidade de fontes e ter, conforme foi mostrado no parágrafo anterior, a habilidade de projetar os fatos em variadas dimensões. É possível deduzir que é uma tarefa árdua, pois o pesquisador se deparará com uma série de dificuldades as quais ele tem de saber contornar a fim de obter os resultados esperados em sua busca. Fávero (1996) afirma que esse trabalho é resultado de uma extensa convivência com vetustas bibliotecas, arquivos, manuscritos, obras raras e tendo como companhia traças e outros bichos. Fávero & Molina (2006) assim enumeram e explicam essas dificuldades:

- **a exaustividade:** o pesquisador, ao analisar um documento, deve recuar a um momento histórico anterior, para, desta forma, organizar o passado e fazer uma projeção do futuro, considerando que teorias, leis e conceitos não podem ser apreendidos de forma abstrata.
- **a busca das fontes:** muitas vezes, o pesquisador necessitará buscar documentos em antigas bibliotecas cujo acesso ao material é restrito. Além disso, o contato com obras raras, arquivos e microfilmes também fará parte da vida desse pesquisador. O historiador das ideias linguísticas, por buscar várias vezes materiais antigos e raros, necessitará de paciência e persistência, afinal, selecionar esse tipo de material não é fácil e requer tempo.

- **o estudo da documentação:** o pesquisador deve interpretar o documento que está analisando de acordo com o contexto em que esse documento foi criado; portanto, o homem de hoje deve inserir-se no ontem, comprometendo-se em resgatar a atmosfera histórica da época.

Vencidos esses obstáculos, pode-se dizer, resumidamente, que o estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da Linguística atual. (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 29)

Como a presente pesquisa está centrada no estudo das figuras de linguagem presentes em duas gramáticas que foram publicadas no século XX, na sequência, traçaremos um breve histórico sobre a estilística no século XX.

1.4.3 - A Estilística no Século XX

A estilística surge como uma disciplina ligada à linguística, nas primeiras décadas do século XX, tomando o lugar deixado pela retórica, graças aos estudos do suíço Charles Bally (1865-1947) e do austríaco Leo Spitzer (1887-1960). O primeiro lidera a corrente denominada “estilística da língua” e o segundo é um expoente da “estilística literária”.

De acordo com Martins (2008), Bally ampliou o campo de estudo de Saussure a partir do momento em que voltou seus estudos para a língua falada e seus aspectos afetivos. Para Bally, a língua falada possui um sistema expressivo cuja descrição cabe à estilística. Além disso, coloca-se contra o ensino baseado apenas na gramática normativa e nos textos literários, pois, para ele, tal ensino fornece uma visão limitada da língua, valorizando um tipo de língua que não coincide com a que uma pessoa usa nas atividades de sua vida psíquica e social.

Chaves de Melo (1978) afirma que Bally, ao salientar que a língua não exprime só o pensamento, mas também os sentimentos e desejos, propõe-se a estudar a afetividade nos atos de fala, as maneiras pelas quais as línguas se servem para exteriorizar a carga emocional que, muitas vezes, acompanha o enunciado.

Bally foi o primeiro a distinguir com exatidão o conteúdo linguístico do conteúdo estilístico, a neutralidade da informação e o seu conteúdo subjetivo, mostrando que a mesma informação pode ser expressa de maneiras diferentes. Ele volta-se para o estudo do sistema expressivo da língua coletiva e não para o seu uso individual. Dessa maneira, Bally

inicia a *Estilística da Língua ou da Expressão Linguística*, que se ocupa da descrição do equipamento expressivo da língua como um todo, opondo a sua estilística ao estudo dos estilos individuais e afastando-se, portanto, da literatura. (MARTINS, 2008, p. 21)

No tocante à língua portuguesa, várias obras ligam-se a essa corrente, dentre elas, podemos citar *Estilística da Língua Portuguesa* de Manuel Rodrigues Lapa, publicada em 1945. Nessa obra, o autor estuda o valor expressivo do vocabulário português, das classes de palavras e de algumas construções sintáticas, mas não se fixa em aspectos teóricos, como a conceituação de estilo ou estilística, pois sua finalidade é prática.

Também destacamos, nessa mesma corrente, *Contribuição à Estilística Portuguesa*, publicada em 1952, de Mattoso Câmara Jr.. Para ele, a estilística é uma disciplina complementar à gramática, pois enquanto a gramática estuda a língua como meio de representação da linguagem intelectual, a estilística a estuda como meio de expressão dos estados psíquicos ou como a linguagem afetiva pode atuar sobre o interlocutor. Dessa maneira, em sentido amplo, a linguística abrange a gramática e a estilística; e, em sentido restrito, apenas a gramática. Embora a função primordial da linguagem seja a representação mental da realidade, no momento em que os falantes a utilizam para expressar emoções e influir sobre as pessoas, o uso da língua ultrapassa o plano intelectual e vai para o domínio da estilística.

Não poderíamos deixar de mencionar o *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa* de Gladstone Chaves de Melo. Nesse livro, o autor defende a linha de Bally, examina aspectos estilísticos da língua e ainda tece considerações a respeito das diversas teorias estilísticas.

Com relação à “estilística literária”, iniciada por Leo Spitzer, temos três denominações: *idealista*, visto que se prende à filosofia *idealista* de B. Croce e K. Vossler; *psicológica*, pois tem interesse pela psicologia do escritor e *genética*, já que tem a intenção de chegar à origem da obra literária.

A estilística de Spitzer analisa os desvios da linguagem comum por meio de uma abordagem de cunho psicologista. Para ele, uma alteração psíquica do estado normal ou ainda uma emoção podem influenciar na execução da linguagem usual. Dessa maneira, o estilo de um escritor reflete o seu mundo interior, a sua vivência.

Alguns outros renomados estudiosos, do século XX, também seguiram na corrente da estilística literária, dentre eles podemos citar o filólogo alemão Erich Auerbach (1892-1957), o filólogo, poeta e linguista espanhol Dámaso Alonso (1898-1990) e também o filólogo alemão Helmut Hatzfeld (1892-1979).

Outra corrente que dominou os estudos de estilística no século XX foi a da *estilística funcional e estrutural* desenvolvida pelo pensador e linguista russo Roman Jakobson (1896-1983). Nessa corrente, o ponto de partida é uma interpretação da língua à base da teoria da comunicação. Chaves de Melo (1976) assim explica o modo de análise dessa corrente:

O progresso técnico permitiu ao homem levar longe sua voz, através primeiro do telégrafo, depois por meio do telefone e de todo o resto. Analisando-se o esquema da telegrafia, temos um emissor, um receptor, um veículo, uma mensagem, um código e uma interpretação da mensagem ou decodificação. O que se fez foi transportar para o circuito linguístico direto, oral ou escrito, o mesmo esquema

(...)

Levando em conta a predominância de cada um dos elementos da “comunicação”, Jakobson descobre seis funções na linguagem as quais gerariam seis atitudes estilísticas: emotiva, poética, referencial, fática, metalinguística e conativa. (p. 33,34)

Não podemos deixar de mencionar a *estilística como sociolinguística*, corrente defendida pelos ingleses David Crystal e Derek Davy. Segundo esses autores, a linguística é a disciplina acadêmica que estuda, cientificamente, a linguagem, e a estilística é uma parte dessa disciplina que estuda os aspectos da variação linguística. Como a língua não é um todo homogêneo, cabe à estilística estudar as variedades, quer da língua falada, quer da língua escrita, adequadas às diferentes situações e próprias de diferentes classes sociais. Para esses autores, a estilística é sociolinguística.

Segundo Martins (2008), apesar das inúmeras correntes e autores que se ocuparam do estudo da estilística ao longo do século XX e da ampliação do seu campo de estudo, não se logrou ainda um método rigoroso que dê à estilística a condição de ciência, justamente porque o seu objeto não está satisfatoriamente delimitado.

Dando continuidade ao nosso estudo, o capítulo a seguir abordará o contexto histórico e educacional que abarca a publicação das obras em análise.

CAPÍTULO II

SÉCULO XX: CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL

Como o presente trabalho consiste na análise de duas obras produzidas no século XX, procuramos traçar um panorama histórico do período em que foram publicadas. Inicialmente, daremos uma visão geral do que foi o século XX e, na sequência, destacaremos os períodos da história do Brasil que estão mais próximos da publicação das obras a serem analisadas. Para finalizar o capítulo, faremos uma síntese das principais correntes linguísticas e estilísticas do século XX. Dessa forma, será possível estabelecermos uma relação entre o conteúdo das obras e o contexto em que foram publicadas.

2.1. O Século XX – Visão Geral

O século XX foi um século marcado por inúmeras contradições, afinal, ao mesmo tempo em que a sociedade evoluía tecnológica e cientificamente, ocorreram grandes guerras. Segundo o historiador Hobsbawn (1994, p. 30), “‘Paz’ significava ‘antes de 1914’: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome”, visto que em 1914 eclode a Primeira Guerra Mundial, fato que inaugura o século XX como, segundo o autor (p. 32), a “era do massacre”, pois das setenta e quatro guerras que ocorreram entre 1816 e 1965, apenas as quatro primeiras que ocorreram no século XX mataram mais de quatro milhões de pessoas em combate.

O modo de vida das pessoas mudou notavelmente nesse século, já que se assistiu a uma série de transformações e inovações tecnológicas, médicas, sociais, ideológicas e políticas. Palavras, como “ideologia”, “guerra mundial”, “genocídio”, “guerra nuclear” passaram a ser recorrentes na vida da população. A mecanização de bens, serviços, redes de comunicação global, que se iniciou no

século XIX, tomou força no século XX e, no que diz respeito ao terror, vimos, no século XX, uma diversidade de atentados à paz no mundo.

Com relação ao caos instaurado nesse século, podemos iniciar falando da Primeira Guerra Mundial que eclodiu no dia 28 de junho de 1914 e foi, segundo Hobsbawn (1994), o maior conflito bélico que a humanidade havia enfrentado até aquele momento.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, o fascismo conseguiu ascender ao poder na Itália, instituindo um regime político autoritário e ultranacionalista. Na Alemanha, o medo da difusão do comunismo e as consequências do Tratado de Versalhes (1919) e da crise econômica de 1929 criaram um descontentamento social que propiciou a ascensão do nacional-socialismo, cujo líder, Adolf Hitler, impôs um totalitarismo racista e expansionista e foi responsável por um dos episódios mais terríveis da história humana.

Um dos objetivos mais sigilosos da política externa nazista era a invasão da Polônia. Para alcançar esse objetivo, Hitler fez um acordo de não-agressão com Stálin, o chamado Pacto Germânico-Soviético, em agosto de 1939. Em primeiro de setembro de 1939, tropas alemãs invadiram a Polônia. A Polônia, que mantinha aliança com o Reino Unido e a França, declara, juntamente com esses países, guerra à Alemanha, dando início à Segunda Guerra Mundial. Assim, formaram-se dois grupos: um integrado aos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – e outro, formado pelos Aliados – Reino Unido, França e Polônia.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido em duas partes: o bloco capitalista, sob liderança dos Estados Unidos, e o bloco comunista, liderado pela União Soviética. Houve um confronto não declarado entre as duas partes, e, da mesma forma, o mundo se dividiu em dois segmentos. Para ampliar suas áreas de influência, os Estados Unidos e a União Soviética apoiaram os movimentos de independência que ocorreram na África e na Ásia a fim de influenciar os novos governos e a população, atraindo-os para seus respectivos blocos.

No início de 1957, o presidente soviético Nikita Kruchev esforçou-se para diminuir a tensão entre a União Soviética e os Estados Unidos. Essa tensão

cedeu lugar a uma coexistência pacífica, que se manteve até o final dos anos 1970, apesar de alguns conflitos.

A década de 70 iniciou-se em um período de grande prosperidade econômica e terminou em meio a uma crise geral. A frágil estabilidade em que se baseavam as relações entre União Soviética e Estados Unidos deteriorou-se no fim da década de 1970 e, em 1989, os piores anos da Guerra Fria pareciam estar de volta.

No que diz respeito às correntes filosóficas que influenciaram o século XX, damos especial destaque às ideias filosóficas calcadas no materialismo e no cientificismo, dentre elas destacamos o Positivismo de A. Comte, o Determinismo de H. Taine e o Darwinismo de C. Darwin.

O positivismo é uma corrente filosófica que se baseia na ideia de que o conhecimento válido é aquele considerado positivo, ou seja, aquele que tem fundamento científico cujo método é constituído pela observação direta e imediata dos fatos. Para os positivistas, a sociedade só seria reorganizada de forma conveniente através de uma grande reforma, não em sentido político ou administrativo, mas intelectual do homem.

O Determinismo fundamenta-se na ideia de que o comportamento humano é caracterizado por três fatores: o meio, a raça e o momento histórico. Dessa maneira, o homem é como uma máquina conduzida pela ação das leis químicas e físicas, pela hereditariedade e pelo meio físico e social. Assim, a vida humana é determinada pelo destino, e o fatalismo se sobrepõe ao livre arbítrio.

O Darwinismo apresenta a teoria da seleção natural, cujos princípios fundamentais são: o meio e/ou a natureza selecionam, entre os seres vivos, as variações mais fortes, tendo condições de sobreviver e de procriar e eliminam os mais fracos antes mesmo da procriação.

No decorrer do século XX, a arte e a cultura transformaram-se em produto de consumo das massas, e diferentes correntes artísticas refutaram os valores estabelecidos. Nesse período, consolidou-se a grande revolução cultural e artística das vanguardas europeias.

Nas artes plásticas, o Expressionismo, o Cubismo e o Fauvismo questionaram regras clássicas de composição, argumentando que havia várias formas de ver, representar e recriar a realidade.

Na Literatura, o romance teve um desenvolvimento admirável, graças, principalmente, ao trabalho de autores, como Marcel Proust, James Joyce, Franz Kafka e William Faulkner. Na segunda metade do século XX, o destaque é para Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Samuel Beckett e, mais recentemente, autores pós-modernistas, como Umberto Eco, Gunter Grass e Ítalo Calvino. Houve também uma explosão criativa da literatura de língua espanhola, principalmente, a partir da década de 1960, destacando-se nomes, como Gabriel Garcia Márquez, Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, Jorge Luis Borges e Pablo Neruda. Entre os inúmeros escritores da língua portuguesa, destacaram-se José Saramago, Fernando Pessoa, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto, entre outros.

Houve uma profunda transformação nas ciências sociais e naturais. Os novos postulados causaram uma quebra nos conceitos que, tradicionalmente, se tinham do mundo e do ser humano, e essa nova visão se concretizou no século XX. Entre as principais descobertas científicas desse período, podemos citar a publicação, em 1905, da obra *Teoria Restrita da Relatividade* de Albert Einstein, cujos pressupostos romperam com a tradicional concepção de Universo.

2.2. O Brasil no Século XX - A Primeira República (1889-1930)

A monarquia, já em 1870, não correspondia mais às novas demandas nacionais. Ao entrar em crise, foram ainda mais intensificados os ideais republicanos que culminou com a Proclamação da República, em 1889 – o acontecimento político mais importante, no Brasil, depois da Independência.

A proclamação da República ocorreu por meio de uma aliança entre cafeicultores paulistas e os militares, ambos buscando maior participação política. Segundo Fausto (1997), os anos que sucederam ao 15 de novembro foram

caracterizados por grandes incertezas, visto que os diversos grupos que disputavam o poder tinham interesses variados e discordavam em relação à organização da República. Dessa forma, ao fim de cinco anos no governo, os militares perderam o comando político para representantes da burguesia agrária. A República brasileira, então, passou a ser marcada pela ascensão das elites rurais civis que conceberam o poder político de modo oligárquico, ou seja, excluindo das decisões a maioria da população.

Entre 1894 e 1930, a política da República brasileira foi marcada pela prática do coronelismo e do clientelismo. Os grandes proprietários de terra, os chamados “coronéis”, dominavam a política local e agiam como se fossem clientes do poder público, usando sua influência para obter financiamentos e/ou oferecer favores políticos em troca de votos. Muitas vezes, o coronel praticamente obrigava os eleitores a votarem em candidatos escolhidos por ele – prática conhecida como “voto de cabresto”. Quanto maior era o seu “curral eleitoral”, maior era a sua influência local e se, mesmo com o “voto de cabresto”, o candidato escolhido pelo coronel não ganhasse, o coronel se valia de fraudes como alteração dos resultados para levar o seu candidato à vitória.

Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer. Elas foram aperfeiçoadas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuavam a ser coagidos, comprados, enganados, ou simplesmente excluídos. Os historiadores desse período concordam em afirmar que não havia eleição limpa. (CARVALHO, 2008, p. 42).

As elites agrárias de Minas Gerais e São Paulo, com a intenção de permanecerem no poder, fizeram uma aliança segundo a qual alternariam a escolha do presidente da República; a essa aliança foi dado o nome de “política do café-com-leite”. O apoio ao presidente era garantido pela “política dos governadores”, instaurada pelo quarto presidente da República, Campos Sales (1898-1902). Dessa forma, o presidente ajudava a eleger os deputados indicados pelos governadores e não interferia em assuntos estaduais; assim os deputados se alinhavam com as posições do presidente no Congresso.

Nas primeiras décadas da República no Brasil, vários conflitos irromperam no meio rural. As principais causas de insatisfação eram a falta de terra, a miséria e a exclusão social, política e econômica da população mais pobre. Entre essas revoltas, destacam-se a Revolta de Canudos (1830-1897) que ocorreu na Bahia e deixou mais de quatro mil mortos; a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916) que ocorreu no sul e deixou em torno de vinte mil mortos; a Revolta do Juazeiro (1914) que tinha como líder o carismático “padim Ciço”; e o movimento do Cangaço (1890-1940), constituído por um bando de sertanejos armados que percorriam o sertão praticando inúmeros delitos. Nesse movimento, destacou-se Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e sua mulher Maria Bonita.

Além dos movimentos rurais, a política excludente e elitista da República brasileira, em suas primeiras décadas, provocou movimentos de protesto político e revolta social também entre os setores populares e urbanos, como a Revolta da Vacina (1904), ocorrida no Rio de Janeiro, e promovida por uma população confusa e descontente que foi obrigada a receber a vacina contra a varíola na época em que houve uma epidemia, sob o governo de Rodrigues Alves.

A Revolta da Chibata, em 1910, foi outra manifestação de descontentamento que também ocorreu no Rio de Janeiro, promovida por marinheiros que se rebelaram contra os maus tratos que recebiam da Marinha. Também podemos incluir, nessa lista, o movimento dos operários, já que a industrialização ocorrida, nas primeiras décadas do século XX, acarretou o aumento da concentração dos operários nas fábricas. Como ainda não existiam leis que regulamentassem o trabalho, esses operários trabalhavam em condições muito difíceis, pois os salários eram baixos, as jornadas longas e as mulheres e crianças exerciam atividades insalubres. Descontentes, os trabalhadores brasileiros iniciaram uma mobilização e organizaram greves para exigir melhores condições de trabalho. A greve de 1917, que ocorreu em São Paulo, paralisou em torno de setenta mil operários durante uma semana e foi reprimida violentamente. Ao final das negociações, os trabalhadores conseguiram obter um aumento de vinte por cento no salário.

Durante alguns dias, os bairros operários do Brás, da Mooca e do Ipiranga estiveram em mãos dos grevistas. O governo mobilizou tropas, e a Marinha mandou dois navios de guerra para Santos. Afinal, chegou-se a um acordo com os industriais e o governo pela mediação de um Comitê de Jornalistas. Houve um aumento de salários, aliás logo corroído pela inflação, e vagas promessas de se atender às demais reivindicações. (FAUSTO, 1997, p. 302).

Não poderia deixar de expor aqui também um conjunto de revoltas militares ocorridas nos anos 1920 contra o governo federal. A esse conjunto de revoltas foi dado o nome de “tenentismo”. Os oficiais, tenentes e capitães exigiam a moralização política afetada pela corrupção eleitoral, a valorização das forças armadas e o aumento de salário dos militares, e lutavam contra a república oligárquica, assumindo a responsabilidade de promover a “salvação nacional”.

Segundo Fausto (1997), uma das revoltas tenentistas mais importantes foi a do Forte de Copacabana que ocorreu em 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro. Os rebelados protestavam contra a posse do presidente Arthur Bernardes. No enfrentamento armado contra as tropas federais, apenas dezoito soldados decidiram levar o protesto para as ruas do Rio de Janeiro e, no enfrentamento armado que se seguiu, dezesseis combatentes foram mortos.

Em 1924, na cidade de São Paulo, aconteceu outro movimento tenentista, quando os oficiais conseguiram ocupar o poder por quase um mês, tendo como líder o general Isidoro Dias Lopes. Essa rebelião, que ficou conhecida como Revolta Paulista, foi controlada por tropas federais. Os revoltosos uniram-se a outro grupo vindo do Rio Grande do Sul, liderado pelo tenente Luís Carlos Prestes. Desse encontro, surgiu a Coluna Prestes, uma marcha com mais de mil e quinhentos rebeldes que percorreu em torno de vinte e cinco mil quilômetros no interior do Brasil, de 1924 a 1927, sob a liderança do tenente Prestes.

Durante a marcha foram constantes os combates com as forças do governo e, em 1927, a coluna se desintegrou e os rebeldes se refugiaram na Bolívia. O tenentismo – assim como o movimento operário e outras manifestações – contribuiu para desestabilizar o poder do governo federal, que acabou sendo derrubado, em 1930, pelo levante armado.

2.2.1. A Cultura na Primeira República

A cultura brasileira, no primeiro período republicano, embora ainda estivesse vinculada à produção cultural vinda da Europa, procurava uma identidade nacional e um caráter específico de seu povo.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a política do “café-com-leite”, em seu apogeu, destacou as diferenças regionais e as dificuldades encontradas na República Velha, dando origem a uma série de revoltas populares, sobretudo no Nordeste que se sentia cada vez mais abandonado pelo governo. Nesse mesmo período, ocorreu uma grande entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil e uma explosiva urbanização em São Paulo, o que contribuiu para o surgimento de uma classe operária urbana. Nesse clima de descontentamento, anarquistas e socialistas passaram a agir em movimentos populares, greves e revoltas.

É desse quadro social que os autores retiraram os temas de suas obras, como uma forma de denunciarem, por meio de suas produções literárias, as regiões brasileiras abandonadas e desassistidas pelo governo. Eles procuravam abordar os problemas sociais do Brasil e seus contrastes, tanto no âmbito geográfico, quanto no social. Euclides da Cunha, por exemplo, expôs, em suas obras, a miséria e a marginalidade que atingia parte das populações nordestinas, e Gilberto Freyre favoreceu, em suas análises, o aspecto cultural como fator formador da identidade brasileira, destacando a contribuição de africanos, indígenas e portugueses.

A literatura brasileira, entre 1889 e 1930, teve como aspecto principal a reflexão sobre a situação brasileira: os costumes, a família, as relações amorosas, o casamento, a corrupção política, entre outros temas. São representantes, desse período, ícones, como Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Olavo Bilac, Lima Barreto e Monteiro Lobato.

Não poderíamos deixar de ressaltar aqui o advento da Semana de Arte Moderna de 1922, visto que foi um movimento inovador e que marcou o início do Modernismo no Brasil. Essa semana foi um evento que reuniu um grupo de

artistas no Teatro Municipal de São Paulo com o intuito de apresentar novas propostas estéticas e temáticas para a arte brasileira.

As ideias apresentadas, durante a Semana, opunham-se às manifestações estéticas tradicionais e defendiam a liberdade de expressão. O objetivo desse grupo de artistas era introduzir, no Brasil, a arte moderna que se fazia na Europa, mas de uma nova maneira. Essa arte deveria ser recriada de acordo com os valores linguísticos e culturais do povo brasileiro.

Um dos grandes idealizadores da Semana de Arte Moderna, Oswald de Andrade, desde sua viagem em 1912 à Europa, insistia no fato de que se fazia necessário um movimento cultural que propusesse uma nova ordem artística baseada, essencialmente, nas ideias vanguardistas desenvolvidas na Europa. Dessa maneira, é possível considerar que esse movimento já vinha sendo idealizado, pelo menos, dez anos antes de sua efetiva realização.

Durante esse período de “gestação”, ocorreram inúmeros fatos que, mais tarde, iriam dar consistência aos objetivos da Semana. Dentre esses fatos, podemos citar: a primeira exposição modernista feita no Brasil, protagonizada por Lasar Segall; o encontro e o surgimento da amizade entre Oswald de Andrade e Mário de Andrade, em 1917, já que os dois juntos formariam a base do movimento modernista; a adesão, em 1919, do consagrado escultor Victor Brecheret ao grupo dos idealizadores do movimento e; finalmente, em 1922, a partir do apoio financeiro de vários empresários, liderados por Paulo Prado, a famosa Semana que ocorreu no majestoso Teatro Municipal de São Paulo.

Além disso, em 1922, seria comemorado o centenário da Independência do Brasil. Sendo assim, nada mais pertinente do que iniciar um movimento estético que propusesse uma revisão da arte e da própria noção de brasilidade naquele ano, o que despertou, em alguns artistas, a vontade de fazer uma grandiosa mostra de artes que introduzisse, definitivamente, o país na modernidade. Portanto, um conjunto de fatores foi aos poucos sendo reunido para formar o ambiente propício à realização da Semana de Arte Moderna.

Esse evento ocorreu nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 e contou com a participação de representantes da música, da literatura e das artes plásticas. Esses artistas expuseram seus trabalhos à apreciação pública,

ocuparam escadarias, o saguão e o palco com agressividade raras vezes vistas no belo e burguês centro da capital paulista.

Em relação à língua portuguesa, com o advento do Modernismo, ascendem as ideias de uma “língua brasileira”. Assim, as concepções sobre a linguagem passaram a ser vistas por outro prisma, o das massas populares.

No poema “Vício na fala”³, Oswald de Andrade sugere, de modo preciso, essa valorização da língua popular

*Para dizerem milho, dizem mio
Para melhor, dizem mió
Para pior pio
Para teia dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados*

A literatura que antecedeu à Semana de Arte Moderna vinha presa a uma tradição espelhada nos modelos teórico-estilísticos ligados ao Realismo/Naturalismo, na prosa, e no Parnasianismo/Simbolismo, na poesia. Tais estilos tinham como características os traços conservadores e convencionais da língua considerada culta.

A partir do movimento modernista, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, entre outros, questionaram a preocupação apenas com a estética normativa influenciada pelas correntes literárias europeias e, dessa maneira, a literatura brasileira passou a dar vez e voz aos aspectos da variação linguística por meio de recursos, como a paródia, a piada e o sarcasmo. Os modernistas, então, passaram a ver os chamados “erros gramaticais” de maneira positiva, pois tais erros, para eles, revelavam uma identidade nacional.

A literatura modernista trouxe a lume uma nova forma de perceber a língua, enfatizando não só os fatores linguísticos, como o fonológico, o morfológico e o

³ Poema retirado do site <http://www.revista.agulha.nom.br>, no dia 22/07/2010

sintático, mas também fatores extralinguísticos, tais como os grupos sociais, a região do falante a idade, entre outros.

O teatro, no início do período republicano, e especialmente após a Primeira Guerra Mundial, passou a valorizar mais a temática nacional, exaltando as qualidades do Brasil, dando especial ênfase ao homem do campo e satirizando as instituições políticas e sociais. O cinema – que chegou ao Brasil em 1896 –, por sua vez, até o ano de 1922, produziu sessenta filmes, nos quais a maioria explorava a temática policial.

Com relação à música, no período em questão, predominavam, no âmbito popular, a modinha e o maxixe e, no que diz respeito à música erudita, ocorria uma associação entre ritmos populares e elementos clássicos. Na década de 1920, também ganharam destaque ritmos norte-americanos, como o “charleston” e o “fox-trot”. Em 1917, surgiu o primeiro samba brasileiro gravado em disco: “Pelo telefone”, de Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga (1890 -1974).

É possível, então, afirmar que o período histórico que abrange a Primeira República, do ponto de vista artístico e cultural, foi extremamente rico e importante, principalmente pelo início do movimento modernista que acabou influenciando a atividade artística brasileira por todo o século XX.

2.2.2. A Educação na Primeira República

Com o advento da República, a educação passou a ser considerada um problema fundamental da nacionalidade. A educação era vista não só como instrumento de preparação profissional, mas principalmente como meio de aperfeiçoamento do indivíduo na sociedade.

Foi o momento em que se procurou passar do plano das reflexões teóricas para as realizações concretas. No entanto, conforme veremos a seguir, os resultados obtidos nem sempre corresponderam aos objetivos das iniciativas levadas a efeito.

(...) múltiplos fatores de natureza diversa têm contribuído para a continuidade das falhas e deficiência que ainda hoje apresentam nosso sistema educativo e nossa organização cultural. Entre esses fatores poderíamos destacar aquele que resulta das nossas próprias características psicológicas, principalmente, falta de senso de objetividade e a visão romântica das coisas que nos têm feito perder a noção das nossas realidades e transplantar para o nosso meio doutrinas e instituições de outros povos mais ricos e adiantados, provocando, entre nós, a dissociação entre o espírito e a terra, o divórcio entre a lei e o fato, o desequilíbrio entre o progresso cultural e o material (...)

Ao lado disso, o nosso sentimentalismo prático, o nosso irreprimível individualismo, a nossa instabilidade espiritual, a nossa inconstância ideológica, a nossa tendência para a superficialidade e para a improvisação (...). (SANTOS, 1967, p. 421).

No momento de implantação da República, o Brasil atravessava uma fase de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, tais como a abolição da escravidão, organização do trabalho livre, imigração, surto crescente da indústria e a queda do Império. Todas essas transformações, somadas à instauração do regime republicano, criaram uma atmosfera propícia aos grandes movimentos de renovação cultural e pedagógica no Brasil.

A implantação de um sistema público de ensino no Brasil foi uma ação da República e respondia ao seu ideário político: propiciar instrução básica para o exercício da cidadania por meio do voto, já que apenas a população alfabetizada poderia votar.

Durante a Primeira República, ocorreram dois fortes movimentos relacionados à necessidade da abertura e aprimoramento de escolas: o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”. O primeiro movimento foi mais forte no início da República e durante o período da Primeira Guerra Mundial, visto que se associou às preocupações patrióticas das Ligas Nacionalistas. Essas Ligas Nacionalistas, ao verem que os centros de industrialização cresciam no país e necessitavam de nova forma de vida, lutaram pela escolarização. Além disso, a guerra era um fato que levava os povos a compararem os diversos países entre si. Com relação ao ensino de Língua Portuguesa, Casagrande & Faccina (2006) afirmam que, com a imigração, novas culturas se misturaram com a brasileira, outros idiomas, religiões e raças, e, por isso o governo brasileiro tomou medidas

para preservar a identidade nacional, e uma delas foi instituir o ensino da língua portuguesa como obrigatório em todo o território nacional.

Após a Primeira Guerra Mundial, com os Estados Unidos assumindo o papel de grande potência mundial, a população brasileira começou a ter apreço por outro estilo de vida que, mais tarde, veio a ser conhecido como “American way of life” (Cf. GHIRALDELLI JR., 2006, p. 33). Esse modo de vida passou a exercer influência sobre os brasileiros, e essa influência também se relacionou à literatura pedagógica que, de certa forma, estava em consonância com o conteúdo do movimento do “otimismo pedagógico”.

Essa literatura foi, em parte, o conteúdo do movimento do “otimismo pedagógico”. Não era prioridade apenas a abertura de escolas, mas, como diziam os livros que chegavam, era preciso também alterar a pedagogia, a arquitetura escolar, a relação de ensino – aprendizagem, a forma de administrar as escolas, as formas de avaliação e a psicopedagogia.

(...)

A pedagogia ensinada até então, quase sem muita consciência, através da observação do comportamento do professor e repetida posteriormente pelos alunos ao se tornarem professores, era uma fusão da pedagogia formalizada pelo alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841) com a pedagogia que vigorou no passado com a Companhia de Jesus, e que se mantinha forte até então. Somado a isso passamos a ler, também, livros de autores norte-americanos e europeus em geral, e, depois livros ligados ao “movimento da educação nova”. (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 33).

Entre as obras que influenciaram esse “movimento da educação nova”, podemos citar as do filósofo norte-americano John Dewey. Segundo Gadotti (2008), John Dewey pregava uma educação essencialmente pragmática e instrumentalista que buscava a convivência democrática, mas sem questionar a sociedade de classes. A experiência concreta da vida mostrava-se sempre diante de problemas que poderiam ser solucionados por meio da educação. Assim, a educação era, em sua essência, um processo de melhoria permanente da eficiência individual. “A educação se confundiria com o próprio processo de viver”. (GADOTTI, 2008, p. 144).

O Brasil, desde 1890, já possuía educadores voltados para o movimento da “escola nova”, entre eles podemos citar Lourenço Filho que, em 1929, publicou o livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. Também podemos citar, como

representantes desse movimento, no Brasil, os nomes de Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Francisco Venâncio Filho e Hermes Lima.

Com relação ao campo legislativo, a educação no Brasil passou por diversas reformas que não apresentaram muitos resultados. A primeira delas – ocorrida em 1891, com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos – foi a Benjamim Constant, uma reforma de caráter positivista na qual era nítida a influência das ideias filosóficas e pedagógicas de Augusto Comte. Dirigida ao ensino do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), essa reforma tentou substituir o currículo acadêmico de cunho humanístico por um de caráter enciclopédico, com disciplinas científicas de cunho positivista. Além disso, reorganizou o ensino secundário, primário e a escola normal; criou o *Pedagogium*, um centro de aperfeiçoamento do magistério; abrangeu também o ensino superior e técnico do país; e garantiu a todos os estados o direito de organizarem estabelecimentos de ensino secundário integral. Dessa forma, todas as instituições escolares sofreram a influência renovadora dessa reforma.

Em 1901, surgiu o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário de autoria de Epitácio Pessoa. Esse código visava a reorganizar os dois graus de ensino ainda regulados pela Reforma Benjamim Constant. Foram instituídas, então, normas para a equiparação das instituições particulares e formuladas diretrizes para a elaboração de horários e programas.

Com a intenção de conceder aos estabelecimentos de ensino secundário a possibilidade de realizarem exames reconhecidos oficialmente, foi decretada, em 1911, a reforma Rivadávia Correia, baseada nos ideais do ensino livre, ou seja, estabelecia a liberdade total do ensino secundário e superior, quer do ponto de vista didático, quer do administrativo. No entanto, a experiência foi desastrosa, o resultado foi a anarquia. Quatro anos depois, foi decretada a Reforma Carlos Maximiliano que objetivava reorganizar o ensino que se encontrava em uma situação de plena desordem. Essa reforma instituiu exames vestibulares, provas finais nos colégios particulares e os exames preparatórios parcelados nos quais o ensino secundário era apenas uma espécie de “cursinho” para os exames finais.

Em 1925, foi instituída a Reforma Rocha Vaz que extinguiu os exames preparatórios e tornou seriados os currículos das escolas secundárias. Também

foi instituído o sistema de avaliação por meio de bancas nomeadas pelo Estado para examinar os alunos dos colégios particulares.

De acordo com Santos (1967), a reforma em questão tinha objetivos puramente administrativos e políticos, sem concepção pedagógica definida. Nesse momento, é introduzida, no sistema educacional, a cadeira de Educação Moral e Cívica com a tentativa de combater os protestos estudantis contra o então presidente Artur Bernardes.

Em apenas 34 anos, o país enfrentou inúmeras reformas educacionais das quais muitas foram feitas apenas para cumprir determinações da presidência, ou seja, não havia de fato preocupação em atender às necessidades dos jovens, até mesmo porque, nesse período, a camada pobre da população não tinha acesso ao ensino superior, e a eles qualquer tipo de escola estaria de acordo com as determinações do governo.

Carvalho (2003, p. 11) resume o que foi o processo educacional no período da primeira República:

A escola foi, no imaginário republicano, signo de instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso. Na sociedade excludente que se estruturou nas malhas da opção imigrantista, nos fins do século XIX e início do século XX, a escola foi, entretanto, facultada a poucos. Nos anos 20, na avaliação da República instituída feita por intelectuais que se propõem a pensar o Brasil, a política republicana é acusada de ter relegado ao abandono “milhões de analfabetos de letras e ofícios”, toda uma massa popular, núcleo da nacionalidade. Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio do progresso, a impor sua presença incômoda no cotidiano das cidades.

Vejamos a seguir como se deu o ensino de língua portuguesa na Primeira República, as gramáticas desse período e os inúmeros fatores que contribuíram para o processo de gramatização no Brasil.

2.2.3. O Ensino de Língua Portuguesa na Primeira República

Conforme foi visto anteriormente, as várias reformas educacionais ocorridas no período da Primeira República não obtiveram êxito. O mesmo podemos afirmar com relação ao ensino de Língua Portuguesa. No decorrer da Primeira República, o ensino da língua materna, no Brasil, foi voltado essencialmente para o estudo das regras, sem levar em consideração o uso prático do idioma.

Houve, sem dúvida, uma busca por uma identidade nacional, mesmo que ainda influenciado pela Europa, o Brasil buscava firmar-se como uma nação independente, com ideias próprias, arte própria e uma língua própria marcada por regionalismos e variantes próprias de um país que possuía uma imensa vastidão geográfica, cultural e popular. Essa busca por identidade mostrava uma nação que carregava consigo o ranço de uma monarquia fracassada e decadente e que, com o advento da República, buscava ser um país moderno, forte e democrático.

O advento da República gerou esperanças em relação a um novo sistema educacional. Sendo assim, a educação passou a ser vista como problema fundamental da nacionalidade, principalmente, no que concerne ao ensino da língua materna.

O ensino de Língua Portuguesa, no início da República Velha, só ocorria nas escolas que não eram gratuitas, levando, assim, ao ostracismo vários jovens em idade escolar. Esse aspecto, dentre outros de igual relevância, contribuiu para o desequilíbrio social, observado por mais de duas décadas, contando do início do século XX.

Surgiram novas doutrinas, novas reformas, novas tentativas de reconstrução do falido sistema educacional nacional (...). Tornava-se necessário dar maior importância ao estudo da língua materna em todos os seus meandros, fato que iria capacitar os brasileiros – cultos ou não - a enfrentar os novos desafios de que o novo século já dava mostras.

(...)

Surgiram os falares regionais na boca dos personagens comuns, como eram comuns os cidadãos brasileiros. Havia uma identificação, cuja responsável foi,

e muito, a língua portuguesa – brasileira pela primeira vez saindo do ocultismo e impondo-se como produto nacional para o gosto interno e externo.

(...) os responsáveis pela normatização estavam imbuídos de dois propósitos. Em primeiro lugar, pensavam o Brasil como um todo, um monobloco amorfo, uniforme, com as mesmas necessidades educacionais – há uma tendência à universalização. Fato prejudicial, já que apenas os grandes centros brasileiros é que podem arcar com o sistema de educação proposto pelas leis. Em segundo lugar, os elaboradores da sistematização educacional ainda pensam no sistema dual, não conseguem democratizar o ensino tal qual pregam (...) O ensino de primeira linha permaneceu nas mãos das elites e de alguns da classe média ascendente. A influência positivista fez-se notar, também, nas leis regedoras do sistema educacional nacional: maior importância, nas grades curriculares, às matérias tidas como científicas. (FACCINA, 2002, p. 90).

Do antigo Colégio Pedro II – que, durante da República Velha, passou a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária e depois Gymnasio Nacional –, emanavam as normas que todos os demais colégios deveriam seguir. No entanto, tal instituição não foi um bom exemplo a ser seguido, já que todas as alterações, no sistema educacional, feitas nesse colégio ocorriam de forma desordenada e sem planejamento. Exemplo disso, estava na duração do ensino secundário: ora tinha sete anos, ora seis. Em certo momento, se exigia o exame de admissão, em outros, não, enfim, a crise do sistema educacional continuou.

Muitos alunos que eram admitidos nesse colégio escreviam de maneira incorreta, ou seja, não sabiam utilizar a língua portuguesa de forma prática. No entanto, eram aprovados porque sabiam minuciosamente as mais complicadas teorias gramaticais e regras – demonstrando, mais uma vez, um sistema educacional falido que valorizava apenas o saber teórico e memorizado de regras que os alunos nem sabiam utilizar na prática.

No ano de 1926, as provas escritas e orais de língua portuguesa eram obrigatórias. As orais versavam sobre interpretação filológica de fragmentos da Língua Portuguesa clássica e arcaica e noções de literatura. Nas provas sobre língua arcaica e clássica, o aluno deveria ser examinado nos assuntos referentes à gramática histórica. A avaliação escrita constava de quinze pontos que abordavam composição, gramática e literatura, dependendo do ano.

Em 1927, o Regimento Interno do Colégio determinou, para o ensino secundário – que deveria ser um prolongamento do ensino primário –, o caráter formativo e cultural.

Os anos que assinalaram a República Velha, então, mostraram uma desorganização do sistema educacional, se se levar em consideração o número de reformas que foram feitas e desfeitas no ensino, principalmente, no secundário. O ensino continuou sendo visto como instrumento essencial de manutenção do poder do estado e continuou a ter o caráter formador da identidade nacional.

No que diz respeito às gramáticas, vemos surgir, no período em questão, as gramáticas comparativas e históricas. É necessário, porém, traçar um breve histórico do início do estudo “científico” das línguas no mundo ocidental para chegarmos ao período em que, de fato, está situada a presente pesquisa.

A abordagem “científica” das línguas no mundo ocidental começaria a partir das descobertas desse campo da ciência na Europa. A primeira manifestação dos estudos comparativos na Europa foi o conhecimento do sânscrito. Segundo Bréal (1992), em 1763, o padre jesuíta Cordoux apresentou um documento contendo semelhanças entre palavras e formas gramaticais nas línguas sânscrita, grega e latina. Foi o primeiro momento em que um estudioso admitiu a origem comum dessas línguas.

Schelegel, em 1808, publicou uma obra na qual trouxe, pela primeira vez, uma teoria de classificação morfológica das línguas, sugerindo parentesco entre o indiano antigo e as línguas clássicas, germânicas e persas. Essa obra marcou o início de uma nova fase dos estudos sânscritos e comparativos na Europa.

Em 1818, uma primeira obra de Bopp, publicada na Alemanha, deu origem à *Gramática Comparativa das Línguas Europeias*, publicada em 1833. É a partir desse trabalho de Franz Bopp que serão construídas as bases da linguística comparada.

O método histórico surgiu, em 1919, quando Grimm lançou sua *Gramática Alemã* construída com base no estudo cronológico. Na sequência, Diez, baseado em Bopp e Grimm, publicou a *Gramática das Línguas Românicas*, formando as bases do que seria a Filologia Românica. (Cf. CASIMIRO, 2004).

Segundo Câmara Jr. (1975), a obra *A Teoria de Darwin e a Linguagem*, do linguista e botânico alemão Augusto Schleicher, publicada em 1863, iniciou um

segundo período na linguística indo-europeia já que defendia a tese de que as línguas eram organismos vivos como um animal ou uma planta. Schleicher via a linguagem como algo da natureza. Dessa forma, assumiu, para a linguística, a característica de uma ciência natural.

Segundo Cavaliere (2000), essas obras que conferiram aos estudos de língua uma transformação de paradigmas, tanto em relação ao método de estudo, quanto às gramáticas que foram escritas ou reeditadas nesse período no Brasil, citarão nomes europeus relacionados a essa nova abordagem no estudo das línguas. Os nomes que aparecem são: Bopp, Grimm, Muller, Whitney, Humboldt, Delbruck, Brugmann, Paul, Vossler, Manson, Bain, Bréal, Diez, Darmesteter, Meyer-Lubke, Brachet, Littré, entre outros.

Elia (1975) afirma que nossos estudos filológicos podem ser agrupados em dois grandes momentos: o *vernaculista* e o *científico*. O *vernaculista* vai de 1820 a 1880, e o período *científico* começa com a publicação em 1881 da gramática de Júlio Ribeiro e vai até 1960. Dessa forma, o presente trabalho centrar-se-á no segundo período.

O período *vernaculista* é caracterizado por uma série de contradições entre os puristas, defensores da língua portuguesa presa ao modelo lusitano, e os representantes de uma nova geração que passava a aceitar a diversidade de falares que permeava a língua portuguesa do Brasil.

O período *científico*, de direção filológica, concebe a produção gramatical como ciência e é dividido em duas fases. Segundo Fávero & Molina (2006), a primeira fase do período chamado *científico* tem como característica fundamental a mudança, a renovação que se sobrepõe ao conservadorismo do período anterior. Essa primeira fase tem como principais representantes Júlio Ribeiro e João Ribeiro e é também, nesse momento, que ocorre, no Colégio Pedro II, a implantação do Programa de Língua Portuguesa idealizado pelo professor, filólogo, político e jornalista Fausto Barreto.

Já a segunda fase, segundo Elia, foi dividida em três momentos: o primeiro momento compreende o período entre 1900 e 1920, quando inaugura, no Brasil, os estudos filológicos de orientação histórico-evolutiva. Heráclito Graça, Mário Barreto, Pacheco Júnior, Said Ali, Eduardo Carlos Pereira e Otoniel Mota são

alguns representantes desse período. O segundo, entre 1920 e 1940, quando são fundadas as Faculdades de Letras pode ser representado por Augusto Magne, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, José Oiticica, Clóvis Monteiro, Silva Ramos e Sílvio de Almeida. O terceiro, e último, entre 1940 e 1960, momento em que se consolida a tradição filológica, tem em Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Rocha Lima, Evanildo Bechara, Celso Cunha e Adriano da Gama Kury seus maiores representantes.

Dessa forma, mesmo que o período da chamada República Velha tenha se iniciado em 1889, a *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, aparece como um divisor de águas, um marco da passagem do período vernaculista para o científico. Trata-se, portanto, de uma obra que acabou influenciando toda a produção gramatical do final do século XIX e início do XX.

No prólogo de sua gramática, Júlio Ribeiro expõe a origem e a finalidade de seu trabalho, afirmando que as gramáticas antigas portuguesas estavam centradas mais em discussões sobre metafísica do que, de fato, com os usos da língua. Assim, o autor procura mostrar, em sua gramática, a intenção de empregar às línguas os preceitos do evolucionismo biológico que predominava no final do século XIX. Podemos perceber essas ideias evolucionistas no seguinte fragmento:

E é para notar-se que a evolução linguística se efetua muito mais prontamente do que a evolução das espécies: nenhuma língua parece ter vivido por mais de mil anos, ao passo que muitas espécies parece terem-se perpetuado por milhares de séculos (RIBEIRO, 1919, p.153).

Fávero & Molina (2006) afirmam que, na prática, a presença dos princípios do evolucionismo pode ser traduzida por meio de uma preocupação em aplicar ao estudo da língua o mesmo rigor e os mesmos métodos das ciências naturais e também uma volta às origens da língua, por meio do estudo de mudanças e influências sofridas no decorrer do tempo.

Outro nome de suma importância, nesse momento, é o de João Ribeiro, filólogo, estudioso da Língua Portuguesa e também historiador. Sua atividade historiográfica está intimamente ligada aos seus estudos da língua.

Como historiador, João Ribeiro desloca-se da visão limitada de que a História deveria centrar-se apenas nos fatos. Em sua obra *História do Brasil*, trata da formação do povo brasileiro, evidenciando características e tendências de nosso povo e traçando as linhas gerais de nosso desenvolvimento histórico. No que diz respeito ao estudo da Língua Portuguesa, escreveu várias obras, dentre as quais destacamos a *Grammatica Portugueza* e o *Diccionario Gramatical*.

Nos *Prolegômenos* de sua *Grammatica Portugueza*(1933), apresenta a seguinte definição para a palavra gramática: *é a coordenação e exposição das regras da linguagem*. Essa definição transcorre da observação dos fatos da linguagem e ainda diz que toda língua tem uma gramática, porque as ideias tomam variações suscetíveis de serem generalizadas, fixadas sob a forma de leis ou regras. A gramática seria um sistema geral dessas leis. Todavia, o autor deixa claro que essas leis não têm um caráter imperativo, mas representam tendências em um grupo étnico e linguístico específico e, na sequência, afirma que o que constitui a gramática não são os fatos, mas as relações.

Destacamos também, na segunda fase do período científico, os nomes de Eduardo Carlos Pereira, Maximino Maciel, Pacheco Silva e Lameira Andrade e Said Ali cuja gramática é objeto de nosso estudo.

Eduardo Carlos Pereira foi professor, pastor e autor da *Gramática Expositiva – Curso Superior* (1907), da *Gramática Expositiva – Curso Elementar* (1908) e também de uma *Gramática Histórica* (1916). Para Molina (2004), Eduardo Carlos Pereira é uma figura de grande representatividade no processo de gramatização brasileira, isso porque sua *Gramática Expositiva* para o curso superior teve 114 edições e foi uma das mais lidas e adotadas no Brasil até meados do século XX.

Formado em Medicina e Direito, Maximino Maciel foi pedagogo, escritor, filósofo e poeta. De acordo com Elia (1975), a obra desse autor está inserida no período *científico*. Fávero & Molina (2002, p. 174) afirmam que a obra de Maximino Maciel “foi editada posteriormente ao programa traçado por Fausto Barreto e baseada, como o próprio título alude, nas doutrinas modernas, referindo-se à corrente naturalista e à comparativa”.

Manuel Pacheco da Silva Júnior, desde a juventude, dedicou-se ao magistério tendo sido professor de inglês e professor catedrático de Português e História Literária. Seu parceiro, Boaventura Plácido Lameira de Andrade, foi escritor e professor. Apesar de não existirem muitas informações a respeito de sua vida, sabe-se que faleceu muito precocemente, por volta dos dezessete anos. Os dois autores em questão publicaram a *Grammatica da Lingua Portuguesa* e, segundo Fávero e Molina (2002), tal obra tem nítida influência da corrente comparativista dos estudos gramaticais.

Na sequência, abordaremos o contexto histórico da República Liberal, período em que foi publicada a *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara.

2.3. O Brasil no Século XX – A República Liberal (1945-1964)

A década de 40 se nos apresenta como um marco da civilização contemporânea, devido ao fato de o mundo ter vivido seis longos anos em guerra ou em clima de guerra. A princípio, o pós-guerra mostrou-se aterrorizante, pois o mundo poderia explodir a qualquer momento depois da construção da bomba atômica. No ano de 1942, venciam as forças do eixo nazi-fascistas, momento em que as forças aliadas passaram à contra-ofensiva.

Segundo Costa e Melo (2000), a reação das forças aliadas repercutiu no Brasil, favorecendo a luta pela democratização. A unidade entre os dirigentes da ditadura estava afetada, pois desentendiam-se as facções favoráveis aos aliados, liderados por Osvaldo Aranha, e as que tendiam para o Eixo, lideradas por Francisco Campos. As forças de oposição passaram a pressionar o governo para a entrada do Brasil na guerra apoiando os aliados. No dia 04 de julho de 1942, realizava-se, em São Paulo, uma marcha pública com esse fim. No Rio, estudantes, sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a sociedade dos Amigos da América e pela Liga de Defesa Nacional, realizaram

uma passeata antitotalitária. Ocorreram manifestações parecidas na Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, exigindo democratização e anistia.

Vargas acabou demitindo Francisco Campos e outros adeptos do fascismo e, em agosto, declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. Inicialmente, o apoio militar brasileiro aos Aliados limitou-se à cessão de bases aéreas e navais do Nordeste, porém, em 1944, desembarcaram, na Itália, soldados brasileiros que integravam a Força Expedicionária Brasileira (FEB), sob o comando do General Zenóbio da Costa, seguido de outros quatro que constituíram a Primeira Divisão Brasileira na Europa que foi incorporado ao II Exército dos Estados Unidos.

Com o fim da guerra, em agosto de 1945, os soldados brasileiros voltaram à sua pátria e comemoraram vitória. Para Vargas, isso teve um sabor amargo, visto que os próprios soldados passaram a questionar a incoerência da luta contra a ditadura nazista em nome da democracia num momento em que, dentro do próprio Brasil, as liberdades civis eram limitadas por um regime ditatorial.

À política externa somou-se o descontentamento interno em relação aos últimos meses da ditadura getulista, arrastando-se até 1945, quando, entre outras manifestações e diversos locais da nação brasileira, ocorreu o Primeiro Congresso de Escritores, cujos participantes passaram a exigir rompimento da censura e liberdade de expressão.

Esses acontecimentos prepararam a instauração da República Liberal, que se iniciou com a saída de Getúlio Vargas e a eleição do general Eurico Gaspar Dutra. Seu governo foi marcado por mudanças na política econômica e pelo alinhamento externo com os Estados Unidos.

Durante o governo Dutra, como consequência da guerra fria e do antigetulismo, foram organizadas forças políticas que se enfrentariam ao longo de toda a República Liberal: os nacionalistas, seguidores de Vargas, e os entreguistas que representavam a União Democrática Nacional (UDN) e os militares da Escola Superior de Guerra (ESG).

Dutra promoveu uma grande mudança na política econômica nacional, aproveitando-se das reservas cambiais acumuladas na Era Vargas, baixando as

taxas alfandegárias e liberando as importações. Essas atitudes desencadearam um consumismo exagerado e levou ao rápido desaparecimento das reservas. O Brasil, então, precisou pedir empréstimos, aumentando, assim, a dívida externa e a inflação.

O descontentamento da população com o governo Dutra não só serviu para fortalecer o governo anterior, como também gerou um anseio para o retorno de Vargas ao poder. O governo Dutra foi marcado pelas contradições: de um lado, apesar de ter iniciado o programa de redemocratização, foi um governo constituído por elementos conservadores, muitos originário do Estado Novo; por outro lado, sua política econômica afastou-se bastante do governo Vargas ao promover a não intervenção do Estado na economia, congelamento de salários e total liberdade de ação para o capital estrangeiro⁴.

Vargas voltou ao poder, em 1951, mas seu governo foi prejudicado, sobretudo por dois fatores: o conflito interno com as Forças Armadas e a campanha pela nacionalização do petróleo⁵.

Em 1952, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posteriormente chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o intuito de fomentar o desenvolvimento industrial com empréstimos e investimentos. No entanto, essa instituição investiu em setores industriais não essenciais, relando, assim, que a tática de Vargas não dera bons frutos. Além disso, a inflação que vinha desde 1947, devido às consequências da Segunda Guerra Mundial, perdeu força, mas logo em seguida

⁴ A política econômica do governo Dutra em relação ao governo Vargas foi um desastre. Durante o período de guerra, a reserva em dólares do Brasil chegava a 900 milhões, um valor altíssimo naquela época. Em pouco mais de um ano de governo Dutra, porém, esse número caiu para 90 milhões dólares devido, especialmente, à importação de produtos inúteis, sobretudo a de artigos de luxo.

⁵ Para o estudo mais detalhado da História brasileira durante a década de 1950, é necessário conhecer o debate que ocorreu entre as ideias progressistas e conservadoras. Essa disputa ficou conhecida pelo grande público como nacionalistas *versus* entreguistas. Os progressistas tinham apoio da classe média, da liderança operária e dos trabalhadores urbanos, já os conservadores apoiavam-se nas oligarquias rurais, burguesia industrial e financeira, classe média alta, grandes comerciantes e uma parcela das forças armadas. No plano econômico é importante ressaltar que os progressistas eram a favor do nacionalismo econômico, isto é, restrição à entrada do capital estrangeiro, apoio à indústria nacional, intervenção do Estado na economia e nacionalização de setores econômicos básicos; os conservadores, por seu turno, defendiam a não intervenção do Estado na economia e a total liberdade para entrada de capital estrangeiro no país. (Cf. WEFFORT, 1978).

teve um ímpeto, saltando de 2,7%, em 1947, para 13,8%, entre 1948 e 1952 e, no ano de 1953, atingiu 20,8%. (Cf. FAUSTO, 1997).

Um dos fatores dessa alta inflacionária refere-se à forte alta do preço internacional do café que acabou provocando um aumento na receita de divisas que fomentou a circulação da moeda e, conseqüentemente, o aumento da procura de bens e a elevação dos mesmos. Além disso, deve ser levada em consideração a Guerra da Coréia que fez com que o governo aumentasse suas importações com medo da alta dos preços e das dificuldades em poder importar devido ao conflito. Outro fato importante foi a expansão da atividade industrial feita pelo setor privado que recebia crédito dos bancos oficiais, entre eles, o Banco do Brasil. O setor de transporte e energia que deveria receber as concessões, não as recebeu, elevando, ainda mais, os preços do custo e do transporte dos produtos.

A campanha pela nacionalização do petróleo foi outro fator mobilizador do governo entre os anos de 1951 e 1953. Com a intenção de garantir autonomia para o desenvolvimento industrial brasileiro, Vargas acreditava que a exploração do petróleo deveria ser feita pelos brasileiros, e não pelos trustes internacionais. Essa opinião já aparecia na própria campanha presidencial de Vargas:

Não nos opomos, como se costuma insinuar, à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. Somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, em geral à serviço do capital cosmopolita. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estranhos; deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando desse modo a penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores. (in VIANNA, 1987, p. 34-5).

Foi nesse contexto que aconteceu uma grande disputa entre progressistas e conservadores sobre a nacionalização do petróleo. Os progressistas queriam que a extração do petróleo brasileiro fosse realizada por uma empresa brasileira e estatal – luta defendida sob o *slogan* “O petróleo é nosso”. Os conservadores, por sua vez, eram favoráveis à entrada do capital privado e internacional. A campanha do petróleo teve vitória dos progressistas e, no ano de 1953, foi criada

uma empresa estatal responsável pelo monopólio total da exploração e, parcialmente, do refino do petróleo brasileiro: a Petrobrás. Este fato representou uma grande derrota para o principal partido de oposição ao governo Vargas, isto é, a UDN e também aos setores ligados ao capital estrangeiro e ao próprio governo norte-americano⁶.

No ano de 1953, o general Eisenhower assumiu a presidência dos Estados Unidos e adotou uma postura rígida com os problemas financeiros dos países em desenvolvimento, dando preferência ao combate contra o comunismo. Desse modo, os créditos que o Brasil poderia adquirir com o governo norte-americano sofreram uma drástica redução, impossibilitando o Brasil de resolver os problemas de infra-estrutura. Uma das maiores consequências foi a geração de um alto custo de vida para a classe trabalhadora.

Nesse momento, a inflação foi às alturas, e a insatisfação era de todos: tanto dos populares, quanto dos empresários. Diversos movimentos grevistas foram organizados,

começando pelo setor têxtil, a greve paulista chegou a abranger 300 mil trabalhadores, com a adesão de marceneiros, carpinteiros, operários em calçado, gráficos e vidreiros. (...)A “greve dos 300 mil” representou uma derrota para o getulismo em São Paulo. O presidente mantinha pessoalmente parte de seu prestígio, mas o PTB e os “pelegos” sindicais tinham sido ultrapassados na condução do movimento. Os comunistas, que na época estavam em oposição ferrenha a Getúlio, acusando-o de “lacaio do imperialismo”, desempenharam o papel principal na articulação da greve. (FAUSTO, 1997, p. 412)

Pressionado, Vargas foi obrigado a adotar medidas econômicas recessivas como uma forma de renegociação da dívida externa brasileira com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, ele também decidiu aumentar o salário mínimo em 100%. Essa medida levou as contas públicas à inflação e, muitas vezes, foi desobedecida pelos empresários que se recusavam pagar aos seus funcionários o salário mínimo estabelecido.

⁶ O governo norte-americano, além de ter demonstrado desagrado com a criação da Petrobrás, ficou também bastante insatisfeito com proposta da Lei de Lucros Extraordinários que limitava a remessa ao exterior dos lucros obtidos por empresas estrangeiras no Brasil.

Diante de tantos acontecimentos, a insatisfação com o governo era generalizada – até as forças armadas deixaram de apoiar o governo. Vargas, abalado, isolou-se de todos e, no dia 24 de agosto de 1954, suicidou-se com um tiro no peito, deixando a famosa “Carta Testamento” na qual expôs o motivo do suicídio.

Café Filho, vice de Vargas, assumiu a presidência e dirigiu o país a novas eleições presidenciais. Juscelino Kubitschek, conhecido como JK, candidato pelo PSD, sai vitorioso derrotando Juarez Távora, Ademar de Barros e Plínio Salgado. Em 31 de janeiro de 1956, em meio a uma tumultuada situação, Juscelino toma posse tendo como vice João Goulart.

Entre todos os governos da República Liberal, certamente o de JK foi o período de maior estabilidade política, visto que ele tratou de cercar-se de todo o apoio político possível, firmando uma ampla aliança. Além disso, seu discurso modernizante atraía tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia industrial que o associava ao crescimento industrial.

De forma geral, pode-se dizer que o governo JK foi dinâmico. Apesar de, nesse período, o setor industrial brasileiro ter dado um enorme salto, o presidente não conseguiu resolver problemas sociais básicos, como a fome, o analfabetismo, concentração fundiária, além de ter deixado uma pesada dívida para o seu sucessor.

Jânio Quadros, sucessor de JK, chegou à presidência como um homem que era avesso às organizações partidárias e adepto da eficiência administrativa e do combate à corrupção política. Enfrentou a oposição e optou por uma política externa que aproximou o Brasil dos EUA e também do bloco comunista.

Entre 1959 e 1960, Jânio Quadros, apoiado pelo grupo suprapartidário – Movimento Popular Jânio Quadros –, deu início à sua campanha para presidente. Graças ao trabalho de Carlos Lacerda, Jânio conseguiu o apoio da União Democrática Nacional (UDN). Lacerda via Jânio como uma figura antigetulista que tinha maiores chances de romper a hegemonia PSD-PTB e elevar a UDN ao poder sem a necessidade de práticas golpistas.

Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o povo com sua figura popular e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. Ele estava longe do figurino bem-comportado da UDN, mas ao mesmo tempo incorporava a seu modo algo do discurso udenista. Representava, sobretudo, uma grande oportunidade de o partido chegar afinal ao poder, embora por um atalho desconhecido. (FAUSTO, 1997, p. 436).

No início da campanha, o favoritismo de Jânio Quadros era evidente, principalmente para a classe média antigetulista que esperava a moralização dos costumes políticos e se via afetada pelo alto custo de vida.

Jânio Quadros concorreu com o marechal Teixeira Lott, candidato apoiado por JK e Ademar de Barros que representava o Partido Social Progressista (PSP). Jânio venceu as eleições de outubro de 1960 com 48% dos votos contra 28% de Lott e 23% de Ademar, ou seja, uma vitória avassaladora.

Ao assumir a presidência, Jânio Quadros se viu diante do desafio de enfrentar a herança política deixada por JK: inflação em alta, *déficit* público e rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Depois de assumir o governo, iniciou uma investigação sobre as ações do governo anterior e um programa de contenção de gastos no intuito de enxugar a máquina pública e dar um novo equilíbrio às contas governamentais. Com isso, Jânio conseguiu uma reaproximação com o FMI. Paralelamente a essas decisões, ele ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava, como por exemplo, a proibição do fumo, do uso de minissaias em repartições públicas, a briga de galo, o jogo do bicho e os biquínis.

A política externa de Jânio Quadros mostrou-se diferente da sua política interna, visto que iniciou um processo de reaproximação política com os países do bloco socialista, a começar por Cuba e China.

Em agosto de 1961, sem nenhuma notificação prévia, entregou ao Congresso uma carta de renúncia na qual afirmava que “forças terríveis” o impediam de governar sem, no entanto, explicar que forças eram essas.

Após o aceite pelo Congresso da renúncia de Jânio, iniciou-se uma crise gigantesca no país, pois os ministros militares não aceitavam a volta de João Goulart ao poder, já que ele representava os sindicatos e a herança varguista, ou

seja, Jango não era bem visto nem pela maioria do Congresso nem por boa parte das forças armadas. Apesar disso, ele iniciou o seu governo, em 1961, com poderes limitados pelo parlamentarismo, tendo como primeiro ministro Tancredo Neves que se demitiu do cargo em 1962 para poder candidatar-se às eleições de outubro daquele ano.

Nesse ínterim, Jango deu início a uma campanha junto ao Congresso e ao povo para antecipar o plebiscito que seria realizado, em 1965, a fim de decidir entre a manutenção do parlamentarismo ou o retorno do presidencialismo. O sucesso dessa campanha antecipou o plebiscito para 1963, e o presidencialismo venceu.

Em seu governo, Jango enfrentou tanto a resistência do Congresso quanto da sociedade, já que suas medidas de ajuste econômico implicavam um custo político alto, que afetavam a renda do trabalhador. Tais medidas resultaram na explosão de greves. Além disso, a direita conservadora promovia inúmeras críticas teóricas ao governo ao mesmo tempo em que fornecia propostas para substituí-lo. Em 31 de março de 1964, vítima de um golpe militar, Jango foi deposto retirando-se para o Rio Grande do Sul.

2.3.1. A cultura nos anos 1950 e 1960

As manifestações culturais buscaram novas formas de expressão, valorizando o caráter nacional das artes, sem deixar de lado, no entanto, as influências estrangeiras.

Um novo meio de comunicação surgiu nos anos 50 e 60: a televisão. A primeira empresa importante do setor foi a Rede Tupi de São Paulo que, aos poucos, foi ampliando sua programação e, com isso, inaugurou e intensificou o consumo de massa comum no período de crescimento econômico da era JK.

Apesar do surgimento da televisão, o rádio continuava a ser o meio de comunicação mais importante, pois alcançava a maior parte da população e

requeria um investimento bem menor em relação ao necessário para adquirir um televisor. Dessa forma, o rádio acompanhou a multiplicidade dos movimentos musicais da época, abrindo espaço para a Bossa Nova, a Jovem Guarda e o Tropicalismo.

O surgimento da Bossa Nova coincidiu com o auge do governo JK. Em suas letras, percebe-se o momento de plenitude vivido pelo Brasil urbano, no período JK. O bar, o mar e o violão eram motivos de inspiração, o que caracterizava o estilo de vida da classe média intelectualizada da época. Podemos citar, como principais representantes da Bossa Nova, Vinícius de Moraes, Tom Jobim e João Gilberto.

A Jovem Guarda também foi um movimento musical que se sobressaiu nesse período. Ela buscava inspiração no rock norte-americano, a exemplo do repertório de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Vanderléia, seus principais representantes.

O Tropicalismo foi um movimento iniciado por jovens músicos baianos – Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé, entre outros – que procuravam fazer uma síntese da heterogeneidade brasileira, o que chamavam de “geleia geral”. Essa tendência foi altamente influenciada pelo Movimento Antropofágico, ocorrido na década de 1920, defendido por Oswald de Andrade. Dessa forma, assim como a Antropofagia, o Tropicalismo procurou unir estilos e instrumentos musicais considerados opostos, reinterpretando-os. Com o tempo, tal estilo mostrou-se contrário ao regime militar, contestando-o. A ditadura, sentindo-se incomodada, perseguiu os cantores, levando-os, posteriormente, ao exílio.

O Cinema Novo também marcou presença nos anos 50 e 60, já que propunha uma politização do meio cinematográfico, indo de encontro ao rigor técnico da antiga produtora Vera Cruz e o caráter popularesco das chanchadas produzidas por ela. Entre as principais obras do Cinema Novo, podemos citar “Barravento” e “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, ambos de Glauber Rocha.

No que diz respeito à produção literária deste momento, damos especial destaque à terceira fase do movimento modernista e também à literatura contemporânea. Na terceira fase do Modernismo, também chamada de “geração de 45”, temos, como principais representantes, na prosa, Clarice Lispector (1920-

1977) e João Guimarães Rosa (1908-1967); e, na poesia, João Cabral de Melo Neto (1920-1999).

Clarice Lispector transformou a narrativa ao inserir o “eu” das personagens como centro e razão investigativa da sua escrita. Sua prosa é marcada pela predominância do intimismo e da palavra em relação à trama. Dentre as suas principais obras, podemos destacar *Perto do Coração Selvagem* (1944), *A paixão segundo G. H.* (1964) e *A hora da estrela* (1977).

João Guimarães Rosa revolucionou a narração do ambiente sertanejo recriando, artisticamente, a língua portuguesa em suas obras. Por meio de suas andanças pelo sertão mineiro, pôde tomar conhecimento de um vasto vocabulário, colecionando “causos” e exemplos do falar sertanejo, que, posteriormente, foram resgatados em suas obras. Em 1946, publicou o livro de contos *Sagarana*, que lhe garantiu um lugar de destaque na literatura brasileira, visto que tal obra surpreendeu a crítica e o público, tanto pelo tratamento original dado à temática regionalista, quanto pelo emprego de técnicas narrativas inesperadas. Dentre as suas obras primas, não podemos deixar de mencionar *Grande sertão: veredas*, publicada em 1956. Nessa obra, trabalhando com uma variante caboclo-sertaneja, Guimarães Rosa cria um estilo único e original. Apagadas, intencionalmente, as limitações entre narrativa e lírica, a prosa do autor se vale dos recursos da expressão poética ao fazer uso de um vocabulário incomum, arcaico ou neológico, numa fusão do erudito com o folclórico.

Considerado pela crítica o poeta mais importante e influente da segunda metade do século XX, João Cabral de Melo Neto estabeleceu um corte profundo e definitivo entre a poesia romântica e a modernidade poética. Entre as principais características de suas obras, podemos citar: a negação da poesia de inspiração, já que sua poética pretende destruir o mito da inspiração como fonte da literatura, valorizando o rigor de sua construção como a real poesia; a busca pela simetria, que só pode ser atingida pela via de um trabalho rigoroso sobre a linguagem poética; a preocupação cada vez maior com a realidade social, particularmente com o Nordeste; a poesia substantiva, sem adjetivações; a metalinguagem; e a objetividade.

Péricles Eugênio da Silva Ramos, poeta dessa geração, fez a seguinte afirmação sobre os seus contemporâneos: “o que caracteriza formalmente a geração de 45, nos seus poetas mais representativos, é o agudo senso de medida e a expressão sem excessos ou derramamentos”. (*apud* COUTINHO, 1959).

No que diz respeito às tendências contemporâneas, os escritores da segunda metade do século XX, no Brasil, produziram uma prosa com diferentes intenções, pontos de vistas e estilos literários. Essa diversidade de tendências tem expoentes nos mais diferenciados gêneros, do romance à crônica. Já na poesia, o destaque é para o movimento concretista que defendia um formalismo de cunho, simultaneamente, experimental e erudito.

Apesar de as produções em prosa, na contemporaneidade brasileira, diferirem entre si, em todos os temas e estilos, verifica-se a procura por uma literatura autêntica, cujas características tratam de questões sociais do Brasil, aprofundam traços psicológicos dos personagens, associam ficção e memória, exploram as raízes históricas do país e mesclam aspectos da realidade humana e da nacionalidade brasileira.

Dessa maneira, ora mais objetiva e realista, ora mais intimista e subjetiva, a prosa literária brasileira, das últimas décadas à atualidade, mostra a existência simultânea de vários estilos. Como representantes notáveis dessa literatura, podemos citar Lygia Fagundes Telles, Dalton Trevisan, Rubem Fonseca, Raduan Nassar, Rubem Braga, Fernando Sabino, entre outros.

Na poesia, o movimento concretista buscava explorar os aspectos materiais do signo literário, isto é, o som das palavras, sua distribuição no espaço gráfico da página e os tipos de letra. Dessa maneira, propunha a exploração das dimensões verbal, vocal e visual da palavra. Assim, a forma, os aspectos visuais substituem a sintaxe convencional na formação do significado. O auge desse movimento ocorreu, em 1956, com a *Exposição Nacional de Arte Concreta* e também na publicação do *Plano-piloto para a poesia concreta* (1958) de autoria de Décio Pignatari. Os expoentes desse movimento, no Brasil, foram: Augusto de Campos, Haroldo de Campos, Décio Pignatari, Ferreira Gullar, Paulo Leminski e outros.

Outra manifestação cultural e artística importante deste período foi o teatro, apesar de a modernidade vir lenta no texto teatral brasileiro e na sua encenação, pois ocorreu somente a partir dos anos 40, quando se levou ao palco a peça *Vestido de Noiva* de Nelson Rodrigues, o marco da moderna dramaturgia brasileira.

Até a década de 40, as peças levadas ao palco eram, principalmente, comédias de costumes ou montagens de textos estrangeiros, cujas encenações eram meras cópias do que se fazia fora do país. *Vestido de Noiva* mudou a história do teatro brasileiro e revolucionou a dramaturgia nacional, visto que os personagens criados por Nelson Rodrigues eram dotados de uma moralidade que dependia das circunstâncias, pois deixavam à mostra os preconceitos da sociedade burguesa brasileira, iniciativa inédita no teatro nesse período.

Dando continuidade ao contexto da República Liberal, veremos, na sequência, como se deu o processo educacional neste período.

2.3.2. A educação na República Liberal

O “Estado Novo” terminou em 29 de outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas. Nesse período, conforme foi visto anteriormente, entre os vários partidos existentes, três deles se destacaram: o PSD, o PTB – cujas raízes estavam no “getulismo” – e a UDN, que nasceu e permaneceu anti-Vargas.

Foi nesse cenário político que tramitou pelo Congresso Nacional a tentativa de formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A comissão para a elaboração desse documento foi formada no governo do General Eurico Gaspar Dutra, em 1947, e o projeto foi remetido ao Congresso em 1948. Entre os participantes dessa comissão podemos citar os nomes de Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, todos eles considerados grandes personalidades do debate educacional nos anos 1920 e 1930.

O projeto, remetido ao Congresso, foi arquivado em 1949, graças aos esforços do parlamentar Gustavo Capanema que, na época, estava à frente do Ministério da Educação e via nesse projeto uma ameaça às Leis Orgânicas do Ensino.

Em 1957, a discussão sobre o projeto da LDB voltou à tona e, em 1958, a Comissão de Educação e Cultura recebeu um repentino projeto substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, alterando, substancialmente, o conteúdo do projeto anterior. O “substitutivo Lacerda”, como ficou conhecido esse projeto, trazia para dentro da legislação os interesses dos estabelecimentos particulares de ensino. Tal fato fortaleceu um debate que já existia antes de sua elaboração: o debate entre os defensores da escola pública e gratuita e os defensores dos estabelecimentos de ensino privado.

Desde 1930, os proprietários de escolas privadas viam-se ameaçados com o crescimento do número de escolas públicas. Aliaram-se, então, à Igreja Católica – já que tal instituição representava uma poderosa organizadora de diversas escolas – e fixaram-se em uma bandeira liberal para lutarem contra os defensores do ensino público. Os proprietários das escolas privadas defendiam os argumentos da liberdade de ensino e o direito da família na educação dos filhos.

O episódio que desencadeou o conflito entre os defensores do ensino público e os partidários da escola privada ocorreu em novembro de 1956. O padre deputado Fonseca e Silva, em discurso no Congresso Nacional, atacou Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e Almeida Júnior, relator do projeto original da LDBEN, acusando-os de “elementos criptocomunistas”. Segundo Fonseca e Silva, os intelectuais do INEP estariam tentando destruir as escolas confessionais. (...) A partir daí o debate extrapolou os limites do Congresso e dos corredores das instituições governamentais e ampliou-se em direção à sociedade. (GHIRALDELLI Jr., 2006, p. 92).

As posturas dos vários grupos que defendiam a escola pública desembocaram no Manifesto de 1959, do qual Fernando de Azevedo foi o redator. Os interesses dos privatistas foram expostos e defendidos na *Revista Vozes* por meio de artigos, do então frei Evaristo Arns, que defendia o chamado ensino livre, alegando que a educação não era função do Estado, mas sim da

família, criticava as obras de Anísio Teixeira e culpava o Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela ameaça contra o ensino cristão das escolas livres.

Finalmente, em 1961, o projeto da LDBEN foi aprovado pela Câmara, pelo Senado e sancionado pelo presidente. No entanto, recebeu mais de duzentas emendas do Senado, ou seja, foi bastante alterado e procurou, até certo ponto, agradar aos dois lados: o do ensino público e do ensino privado. A lei ficou conhecida como Lei 4024/61 e garantiu, por parte do poder público, igualdade no tratamento para os estabelecimentos oficiais e os particulares. Em outras palavras, os estabelecimentos privados também iriam receber verbas do governo.

Segundo Faccina (2002), quando entrou em vigor, a LDB já estava defasada, porém o ponto forte da Lei 4024/61 foi o fato de estabelecer uma estrutura diferenciada para os diversos níveis da educação. Os eixos foram assim definidos:

Dos fins da Educação.

Do Direito à Educação.

Da Liberdade de Ensino.

Da Administração do Ensino

Dos Sistemas de Ensino.

Da Educação do Grau Primário.

Da Assistência Social Escolar.

Dos Recursos para a Educação.

Assim definiu-se, finalmente, uma linha estrutural para a educação brasileira. A Lei 4.024/61 conseguiu dar flexibilidade à estrutura do ensino nacional, possibilitando, independentemente do tipo de curso que o aluno cursou como secundário, acesso ao ensino superior. (FACCINA, 2002, p. 129).

Com isso, a LDB conseguiu flexibilizar a estrutura do ensino nacional, possibilitando acesso ao ensino superior a qualquer estudante que tivesse terminado o ensino secundário. Para Faccina (idem), esse foi um grande passo dado rumo à democratização do ensino.

2.3.3. O Ensino de Língua Portuguesa na República Liberal

Até os anos 40, o ensino de língua materna limitava-se à memorização de normas e regras da língua padrão, um processo de ensino que tinha como base os textos literários a fim de estudar Retórica e Poética.

A Reforma Capanema, por ter ocorrido durante o Estado Novo, refletia os ideários nacionalistas do governo de Getúlio Vargas e, no que diz respeito à língua portuguesa, houve uma ascensão definitiva de seu ensino. Com poucas modificações e adaptações, essa reforma marcou o ensino secundário até o início dos anos de 1960. Além do aumento de aulas do vernáculo, o patriotismo determinou, também, os temas preferenciais dos textos de leitura no curso ginasial.

Segundo Soares (2002), esse quadro será modificado a partir do surgimento de fatos históricos que vão indicar o aparecimento de novas teorias. Entre esses fatos históricos, podemos citar a inclusão, na escola, dos filhos dos trabalhadores, a chamada época da democratização escolar que ocorreu a partir dos anos 60.

Durante a década de 60, houve uma transformação nas condições de ensino e de aprendizagem, visto que a escola, com a inclusão dos filhos da classe trabalhadora, teve sua clientela alterada e duplicada. Tal fato desencadeou um problema no que diz respeito ao corpo docente. Duplicado o número de alunos, fez-se um recrutamento mais amplo e menos exigente de professores. Muitos dos profissionais de ensino passaram a não fazer mais parte da elite intelectual. Além disso, os manuais didáticos foram alterados e, juntamente com os conhecimentos de gramática e texto para leitura, foram incluídos os exercícios. Ocorreu, na verdade, uma depreciação da função de docente, já que o professor buscou estratégias de facilitação de suas atividades e transferiu para o livro didático a tarefa de preparação das aulas.

Nesse mesmo período, dois fatores foram importantes para “suavizar” a intensidade dos estudos de gramática: a Portaria nº 36 de janeiro de 1959/MEC que estabelecia a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), cujo objetivo era

estabelecer um sistema unificado e simplificado de descrição dos fatos da língua; e a Instrução nº 7/62, do Conselho Federal de Educação (CEF), cuja proposta era favorecer um ensino que proporcionasse ao aluno uma adequada expressão oral e escrita e que não mais fosse imposta a aquisição efetiva da língua portuguesa considerada “correta” do ponto de vista normativo.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 4024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB), ao lado da NGB, transformou-se em novo ponto de partida para inspiração de novas organizações de programas curriculares de Português. Quando entrou em vigor, em 1962, o professor de língua portuguesa libertou-se do cumprimento de rígidos programas. Português passou a ser disciplina fundamental e obrigatória no Ensino Médio, elemento básico da unidade nacional, instrumento de expressão do povo brasileiro. A lei ainda assegurava que deveriam ter nos estudos gramaticais e estilísticos de base teórica, subsídios para garantir a mais adequada expressão da língua oral e escrita. Nesse quadro, observa-se, então, a libertação da supremacia das nomenclaturas gramaticais sobre a língua e do rígido cumprimento de tópicos de matérias que só serão retomados com o advento da edição da nova Lei de Diretrizes e Bases, em 1971, e com a evolução da teoria literária, da linguística e da semiologia.

A educação pautada na ciência linguística passou a ser vista como um promissor campo de pesquisa e ganhou a atenção de pedagogos e professores. No entanto, o fluxo da influência científica das pesquisas nessa área “explodiu uma reação ao que se convencionou chamar pejorativamente de ‘tradicionalismo’ e a mudança – que se fazia necessária em vários pontos – acabou por produzir resultados desastrosos” (BECHARA, 2006, p. 9), já que houve uma super valorização da linguagem oral, espontânea, em relação à linguagem escrita, devido tanto a fatores de natureza linguística quanto aos de natureza política.

As ciências da linguagem vieram patentear que as línguas históricas são fenômenos eminentemente orais, e que o código escrito outra coisa não é senão um equivalente visível do código oral, que, de falado e ouvido, passa a ser escrito e lido. (...) Essa visão distorcida da realidade incentivou outro passo adiante dado por alguns linguistas (..): a crítica à natureza normativa da gramática tradicional, com a defesa de que se deve deixar a língua livre de qualquer imposição.

(..)

Portanto, vieram pela própria linguística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito padrão. (BECHARA, 2006, p. 10).

Justamente por tais fatores, nos anos 60, ocorreu uma sublevação contra o ensino da gramática em sala de aula. Muitos professores e até alguns sistemas de ensino resolveram aboli-la, sem trazer nada que a pudesse substituir.

No início da década de 70, por causa da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no. 5692/71) e em decorrência da intervenção feita pelo movimento militar de 1964, ocorreu uma grande mudança no ensino. Essa nova lei reformulou o ensino primário e médio, e a disciplina antes chamada Português passou a receber outras denominações: “Comunicação e Expressão”, nos primeiros anos escolares, “Comunicação em Língua Portuguesa”, nos anos finais do primeiro grau e “Língua Portuguesa e Literatura”, no segundo grau. De acordo com Soares (2002), essas alterações ocorreram devido aos princípios que deram suporte à teoria da comunicação. Os livros didáticos mais recentes retomaram o padrão culto da linguagem, mas visando a um ensino da língua materna de caráter pragmático e utilitarista. Surgiram inúmeras discussões a respeito do ensino, ou não, das regras gramaticais e abriu-se espaço na escola a outros textos, escolhidos não apenas por meio de critérios literários, mas de acordo com a relevância nas relações sociais.

Com relação às gramáticas publicadas nesse período, destacamos os nomes de Napoleão Mendes de Almeida, Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha, Serafim da Silva Neto e Evanildo Bechara.

Segundo Borges (2008), Napoleão Mendes de Almeida é tido como um dos mais importantes gramáticos e filólogos da Língua Portuguesa do século XX. Foi professor de português e latim em diversas instituições particulares e fundador do primeiro curso de português e latim por correspondência no país. Por possuir uma postura conservadora e nacionalista, ele era avesso à linguística e sempre demonstrou ver a língua como é representada por meio da gramática tradicional. É autor das obras *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, *Dicionário de*

Questões Vernáculas, Gramática Latina, Curso de Português por Correspondência, entre outras obras.

Gladstone Chaves de Melo foi um homem múltiplo: professor, jornalista, diplomata, político influente, linguista, filólogo e escritor com vasta produção bibliográfica. Destacamos as obras: *Formulário ortográfico* (1938), *A linguagem dos livros brasileiros de literatura infantil* (1941), *A língua do Brasil* (1946), *Dicionários Portugueses* (1947), *A Língua Portuguesa* (1948), *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (1967), entre outras.

Bastos, Brito & Silva (2008) afirmam que, em sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (1967), Gladstone Chaves de Melo manifestou suas posições em defesa da Língua Portuguesa, visto que, ao voltar-se para o ensino, defendia a sua necessidade e afirmava que, “no Brasil, há menos distância entre as diversas linguagens coloquiais e locais e a língua – padrão do que em alguns países europeus” (idem, p. 87). Além disso, deixou clara a sua posição como linguista reconhecendo que, em variadas situações linguísticas, foi produzido um uso linguístico peculiar.

Serafim da Silva Neto é considerado um dos maiores filólogos da Língua Portuguesa. Morto prematuramente aos quarenta e três anos de idade, por causa de problemas cardíacos, deixou um legado de suma importância do qual fazem parte obras de referência, como *As Fontes do Latim Vulgar* (1938), *Introdução aos estudos de Língua Portuguesa no Brasil* (1950), *Manual de Filologia Portuguesa* (1952), *Ensaio de Filologia Portuguesa* (1956), *História da Língua Portuguesa* (1957), entre outras obras. Segundo Moraes (2008), a concepção de língua, para Serafim da Silva Neto, aproxima-se muito a dos sociolinguistas modernos, principalmente no que diz respeito à variação linguística.

De acordo com Silva & Nogueira (2008), no que diz respeito à produção de gramáticas da Língua Portuguesa no século XX, o nome de Celso Cunha destaca-se como um dos intelectuais que produziu as mais importantes e inovadoras gramáticas da segunda metade do século XX.

(...) o autor apresenta como nova proposta em relação à produção gramaticográfica de sua época e de épocas anteriores principalmente duas

idéias, as quais se aliam a uma base comum, que é exatamente a regularização/descrição da norma culta a rigor, o papel essencial de uma gramática: a consideração da linguagem coloquial, que procura, ao lado do registro culto, equacionar o tradicional problema das diferenças sociolinguísticas; e o reconhecimento dos valores afetivos do português, o que é alcançado pelo recurso do emprego de exemplos colhidos em autores afro-luso-brasileiros modernos. (Silva & Nogueira, 2008, p. 134).

Celso Cunha inseriu, no sistema linguístico do português, elementos que, até então, não eram levados em consideração, reconhecendo, inclusive, a diversidade de registros.

Dando continuidade a nossa investigação, o capítulo a seguir abordará a vida e a obra de M. Said Ali.

CAPÍTULO III

MANUEL SAID ALI – VIDA E OBRA

3.1. Vida

Filólogo, professor, membro da Academia Brasileira de Filologia, Manuel Said Ali, mais conhecido como Said Ali, é, indiscutivelmente, uma figura de extremo mérito no que diz respeito à pesquisa e ao ensino de Língua Portuguesa no Brasil. Sua importância é tão considerável que foi o grande mestre e a maior influência na carreira de Evanildo Bechara, ou seja, muito do que o prestigiado professor Bechara é hoje, segundo suas próprias palavras, se deve à influência e ao exemplo dado pelo mestre Said Ali.

Em 1969, Bechara proferiu uma conferência – no auditório do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, em Porto Alegre – sobre a contribuição de M. Said Ali à Linguística Portuguesa, que depois de impressa, tornou-se, hoje, uma das principais fontes biográficas do mestre, visto que, como Said Ali não gostava que o biografassem, há pouco material de consulta sobre a sua vida.

Said Ali nasceu em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, aos 21 de outubro de 1861. Filho de pai turco, Said Ida, e mãe alemã, Catarina Schiffler, fez os primeiros estudos em Petrópolis e, aos 14 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Como perdera o pai muito cedo, para prosseguir os estudos, teve de trabalhar no comércio, mais precisamente na livraria alemã *Laemmert*, o que lhe rendeu, posteriormente, algumas facilidades para a publicação de suas obras.

Além de ser linguista e poliglota, também era botânico, zoólogo e geógrafo. Foi professor de Alemão, por concurso, da Escola Militar e do Ginásio Nacional e, além disso, lecionou Geografia, Francês e Inglês em colégios do Rio de Janeiro.

Por verificar que os estudos de língua portuguesa, em sua maioria, não eram conduzidos à luz dos então modernos linguísticos e filológicos, encetou uma

série de publicações, em 1895, na Revista Brasileira, que o iriam projetar entre os mais competentes mestres da época. Sua cultura polimorfa explica também que, em 1905, no Compendio de Geografia Elementar, inauguraria uma divisão racional das regiões brasileiras, ainda hoje aceita em suas linhas gerais. Por fim, podemos dizer que em toda a obra de Said Ali há o reflexo de uma inteligência brilhante e original. (BECHARA, 1969, p. 7-8).

Além das obras do professor Evanildo Bechara, outra fonte, para pesquisa biográfica de Said Ali, é a *Correspondência de Capistrano de Abreu*, editada e organizada por José Honório Rodrigues, em 1954. Capistrano de Abreu lecionou ao longo de dezesseis anos no Gymnasio Nacional, onde, provavelmente, conviveu e manteve estreita amizade com Said Ali. A obra em questão apresenta cartas, testemunhos informais e dispersos, que servem para ilustrar as tendências intelectuais do período. Capistrano o cita em 32 cartas, nas quais reconhece a multiplicidade de seus conhecimentos, mencionando o seu auxílio para com o estudo da língua dos índios caxinauás, sua proficiência na língua árabe e a inovadora metodologia de trabalho como gramático da Língua Portuguesa.

Antenor Nascentes, em 1938, organizou uma *Miscelânea de estudos em honra de Said Ali* na qual reuniu, em um volume, trabalhos escritos por colegas, especialmente, para o homenageado. Participaram, dessa obra, Antonio Bardy, Ernesto Faria, Cândido Jucá Filho, Aires da Mata Machado, Mattoso Câmara Junior, Júlio Nogueira, José Oiticica, Serafim da Silva Neto, entre outros.

Said Ali recebeu duas vezes o prêmio “Francisco Alves” da Academia Brasileira de Letras – prêmio concedido a cada cinco anos para prestigiar monografias sobre o ensino fundamental no Brasil e sobre a Língua Portuguesa. Sai Ali publicou inúmeros trabalhos, na imprensa periódica, e livros em editoras conceituadas.

3.2. Obra

O grande mestre Said Ali começou escrevendo artigos para a *Revista Brasileira*, em 1895, cujos conteúdos o colocaram como um dos grandes e mais

competentes mestres da época. Em 1905, publicou a obra *Compendio de Geografia Elementar* na qual esboçou as principais características dos países e seus habitantes, colocados de forma clara para o estudante.

No mesmo ano de 1905, publicou o seu *Vocabulário Ortográfico* no qual apresentou a escrita de vocábulos portugueses em uma lista organizada alfabeticamente; no entanto, antes de listar esses vocábulos, propôs uma sistematização, simplificação e uniformização para a ortografia da Língua Portuguesa.

No ano de 1908, lançou *Dificuldades da Língua Portuguesa*, uma série de estudos relacionados a tópicos da Língua Portuguesa que causavam certas dificuldades, procurando esclarecer dúvidas e facilitar o estudo do idioma.

Pouco diferindo, em substância, dos artigos de outrora, esses estudos, reunidos agora em volume, receberam o desenvolvimento que a princípio o gênero da publicação não lhes permitia, mas, por outro lado também, tanto possível, a clareza e precisão exigidas em uma edição definitiva.

(...)

Sem desconhecer a conveniência da simplificação – reforma, a meu ver, exequível quando feita lentamente – reduzi aí a regras práticas o que o uso atual permite e indiquei algumas modificações desejáveis cuja aceitação se poderia esperar em um futuro mais próximo. (SAID ALI, 1919, p. III).

Nessa obra, já manifesta a sua posição crítica em relação ao excesso do método histórico-comparativo e afirma, no prefácio da 2ª edição:

(...) tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manoel Bernardes, mas ainda ao falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica. (idem,, p. V-VI).

Posteriormente, publicou *Lexeologia do Português Histórico* (1921), uma análise dos sons e sua representação e também um estudo dos vocábulos. Fez

isso adotando uma postura inovadora, ao considerar a psicologia humana como fator essencial no estudo da linguagem. No prólogo da obra, ele afirma:

Não dissocio do homem pensante e da sua psicologia as alterações por que passou a linguagem em tantos séculos. É a psicologia elemento essencial e indispensável à investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma. (SAID ALI, 1921, p.7-9).

Em 1923, publicou *Formação das Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, obra na qual faz um estudo sobre a formação das palavras e a sintaxe, além de apresentar um apêndice com a história resumida da Língua Portuguesa e alterações fonéticas do Latim Vulgar. Essa obra, unida à *Lexicologia do Português Histórico*, originou a conhecida *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, publicada em 1931.

Nesse mesmo ano, publicou a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, que foi escrita para ser usada no ensino primário, visto que a explicação gramatical é mais simples e, quase em sua totalidade, vem acompanhada por exercícios de aplicação. Esses exercícios são, em sua maioria, analíticos e estruturais, e têm a oração como unidade de análise.

A *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, também publicada em 1923, foi escrita para ser usada no ensino secundário e, assim como a *Gramática Elementar*, possui uma abordagem sincrônica. Como essa gramática constitui o cerne deste trabalho, na sequência, vamos estudá-la com maior aprofundamento.

Em 1930, publicou *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, uma reunião de estudos – veiculados, anteriormente, em jornais e revistas –, nos quais o autor nos mostra a sua crítica e precursora visão sobre o tratamento tradicional dado à gramática até então. Said Ali ampliou o estudo da Língua Portuguesa abrangendo também a língua falada no cotidiano. No prólogo, afirma que:

Os meios de expressão que examino são particularidades da própria linguagem falada, que em certas ocasiões se manifestam como fenômenos regulares. Os princípios de lógica em que assenta o edifício gramatical não bastam para a

manifestação de certas sutilezas do pensamento. O espírito recorre, sempre que precisa, a expedientes mais práticos e difíceis de explicar pelos processos tradicionais (SAID ALI, 1971, p. X).

A *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, publicada em 1931, ateve-se às variações observadas nos textos de Língua Portuguesa, desde os primeiros documentos até os contemporâneos, ou seja, Said Ali não se limitou à análise da evolução do Latim ao Português como mandava a tradição da maior parte dos neogramáticos. Tal fato, mais uma vez, o colocou numa posição de destaque em relação aos demais gramáticos do período.

Em relação à *Gramática Histórica* de Said Ali, Câmara Jr (1975, p. 187) afirmou que “não é o que por esse nome entendiam os seus contemporâneos (...). É no fundo uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua”.

Em 1949, publicou seu último livro, *Versificação Portuguesa*, no qual pautou os estudos sobre versificação em critérios fonéticos, oriundos das teorias linguísticas que estudavam a língua falada.

Ainda escreveu o livro *Acentuação e Versificação Portuguesa*, obra póstuma, publicada em 1957, constituída de uma reunião de estudos do autor originalmente publicados na *Revista Cultura*.

Said Ali, como vimos, pertence a um período que vai de 1881 à terceira década do século XX. Segundo Câmara Jr (1975), o que caracteriza esse período da filologia é o grande número de gramáticas que então foram publicadas. É um período que se preocupa em sistematizar os fatos linguísticos e procurar diretrizes e definições para esse fim.

Em meados do século XIX, firmara-se, na Europa, o estudo da linguagem que se caracterizava pela orientação histórico-evolutiva, isto é, cada fato da língua era visto como o ponto de partida de uma corrente evolutiva através do tempo.

Câmara Jr. afirma que, no Brasil, a distância dos centros culturais europeus e a falta de estudos universitários de Letras atrapalharam a compreensão e a adoção das novas tendências. No entanto, nesse período, Said Ali sobrelevou-se

no grupo de estudiosos da língua no Brasil, pela maior clareza e firmeza de propósitos expostos em suas obras em virtude de uma compreensão e um conhecimento mais seguro da Linguística europeia, principalmente da alemã.

Em 1895, escreveu três artigos na *Revista Brasileira*, sob o nome de *Estudos de Linguística* e mostrou, de forma precursora e revolucionária, que a sua análise era diferente daquelas feitas pelos gramáticos de sua época.

As dificuldades na análise desses casos (verbos sem sujeito) nascem entre nós não dos fatos em si, mas por estarmos sempre propensos a subordinar e a moldar à força os fatos reais a certas doutrinas tradicionais estabelecidas *a priori*. Em vez de aceitarmos os fenômenos linguísticos tais quais se apresentam, andamos geralmente a procurar fora da linguagem um termo reclamado por um princípio apriorístico, fingindo, portanto, um sujeito, ou então substituindo uma frase por outra, linguisticamente diferente, em vez de analisar a primeira, analisamos a segunda. Em outras palavras: nós não analisamos: sofismamos a análise. (SAID Ali, 1895, p. 41).

Outro fator bastante relevante é o fato de sempre levar em conta o elemento psicológico na construção e alteração da linguagem. Segundo Bechara (1969, p.15), “ele inaugurou entre nós o cuidado de se ter presente a participação do indivíduo no ato de traduzir-se através da palavra escrita e oral”.

No prefácio da 1ª edição das *Difficuldades da Lingua Portuguesa* (1908, p. IV), Said Ali afirma:

(...) ver-se-á que sigo traça diferente da orientação que julga encontrar no argumento inquestionável a meta do raciocínio. Entendo que se deve ir mais longe: entrar pelo terreno psicológico, averiguar o que poderia ter ditado ao escritor ora este, ora aquele modo de falar.

Percebemos, então, que, para Said Ali, o importante não era apenas a compreensão do fenômeno, mas a sua razão, o que denota uma atitude científica. Ele também apresenta o papel do linguista, partindo da delimitação da área de atuação da Linguística, e se coloca como pesquisador dessa ciência. Vejamos as seguintes citações, ambas retiradas da obra *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1971):

O linguista de hoje investiga os fatos sem preocupar-se com a questão do que é ou deixa de ser correto. Em geral procuro seguir o mesmo rumo; mas as dúvidas desse gênero podem prender-se a questões de ordem mais elevada e aí encontrar solução. Outras vezes, a documentação geralmente respeitada em que fundo os estudos dará a solução incidentalmente.

Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as cousas, está a indagação histórica. E a investigação da evolução dos fenômenos não se há de limitar às mudanças de fonemas e formas gramaticais, mas estender-se às expressões que com o tempo se foram trocando por outras. Entra-se no domínio da psicologia e da semântica. (SAID ALI, 1971, p. X).

Vemos que Said Ali foi um precursor e que a leitura de sua obra revela a percepção de que os limites do discurso não estavam demarcados na teoria saussureana do uso do código linguístico. Pode-se dizer, em verdade, que Said Ali conheceu bem o ponto de vista saussureano e que o seu campo de interesse foi a descrição sincrônica da língua nos moldes defendidos por Saussure.

3.3. A GRAMÁTICA SECUNDÁRIA DE SAID ALI

A *Gramática Secundária* de Said Ali teve sua primeira edição em 1923. Uma de suas maiores preocupações era facilitar o ensino do idioma aos alunos do ensino secundário:

Tem o presente compêndio por objeto expor as doutrinas e regras gramaticais relativas à nossa língua, atendendo às necessidades e conveniências do ensino secundário.

É dever de todo autor de gramática aplanar tanto quanto possível a estrada ao estudante e ajudá-lo a vencer as dificuldades técnicas próprias do idioma, e não criar-lhe novos embaraços colocando no caminho pedras de tropeço. (SAID ALI, 1964, p. III).

Reiterando essa preocupação, o autor incluiu, nessa gramática, na parte de formação de palavras, uma lista de prefixos e radicais gregos para que o estudante pudesse consultá-la e não decorá-la.

Essas *pedras de tropeço* das quais fala o nosso mestre são, segundo seu ex-discípulo e fiel seguidor, Bechara (1969), as técnicas do método histórico-comparativo a que já se referira, em 1898, no *Juízo Crítico* que escreveu para a obra *Sintaxe da Língua Portuguesa* de Leopoldo da Silva Pereira. Vejamos um trecho desse texto:

Em matéria de ensino não há, que me conste, disciplina que nestes dois a três lustros tanto se tenha maltratado como a língua nacional, e o mais curioso é que justamente o intuito de metodizar o estudo da gramática, dando-lhe um cunho científico, produziu na prática um resultado negativo; foram os mestres em busca do método e da ordem e trouxeram-nos a indisciplina.

(...)

Tais professores sabem geralmente tudo menos pedagogia e cuidam que basta empanturrar os espíritos em via de formação com toda a sorte de conhecimentos elevados, para que as pobres criaturinhas as assimilem com a mesma facilidade com que eles os mestres adquiriram. Sentem o indomável prurido de transmitir as novidades científicas, quaisquer que sejam, a todos os que os ouvem; e como é reduzido o número dos adultos dispostos a deliciar-se com a audição dessas áridas doutrinas, procuram as suas vítimas nos meninos que, como alunos, têm o dever de prestar atenção aos mestres, nessas plantas tenrinhas que com um excesso de adubo científico definham em vez de se desenvolverem. (SAID ALI, 2006, p. 302).

Anteriormente, Júlio Ribeiro (1881, p. I), em sua *Gramática Portuguesa* assumira essa mesma atitude ao afirmar, no prólogo de sua obra, que “as antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposição dos usos da língua”.

Outro aspecto relevante que mostra, mais uma vez, a postura crítica de Said Ali em relação ao excesso de teoria exposta de forma inadequada em uma gramática, pode ser observado ainda, no prólogo da obra em questão, quando menciona a associação que faz do termo *Estilística* à parte da *Sintaxe*, afirmando que o estudante, nesse trecho, “encontrará indicações práticas para a formação do bom estilo, ao invés de puras teorias” (idem, p. 14).

Segundo Clemente (2008), a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de Said Ali, publicada pela Companhia Melhoramentos de S.Paulo, foi, durante várias décadas do século XX, o grande manual que orientou mestres e alunos e, justamente por ser “uma admirável síntese didática”, muitas das ideias defendidas

por Said Ali, nessa obra, perduraram muitos anos no ensino oficial, conforme afirma Câmara Jr (1975, p.187).

3.3.1. As partes da gramática

A *Gramática Secundária*, de Said Ali, contém cinco capítulos distribuídos em trezentas e vinte páginas. Apresenta, antes do primeiro capítulo, o Prólogo e o texto intitulado *Gramática e sua Divisão*. Nesse texto, define a Gramática “como um conjunto das regras observadas em um ou mais idiomas, relativas aos sons ou fonemas, às formas dos vocábulos e à combinação destes em proposições” (SAID ALI, 1964, p. 15) e mostra que a gramática de uma língua pode ser histórica ou descritiva.

Segundo o autor, a gramática histórica é aquela que analisa a evolução de uma língua desde sua origem até a atualidade, ou seja, é diacrônica, e a gramática descritiva é a que expõe os fatos da língua na atualidade. Essa gramática pode ser prática ou científica. Se for prática, visará ao ensino do falar e escrever corretamente; se for científica, será aquela voltada para o esclarecimento de fatos da língua por meio da ciência da linguagem e da gramática histórica. Para ele, as regras da língua são definidas pelo uso geral de acordo com a execução das pessoas cultas e dos exímios escritores.

A função da gramática comparativa é estudar duas ou mais línguas, analisando suas semelhanças e diferenças. A gramática, para ele é composta de três partes: “a gramática divide-se em: fonética ou fonologia, que é o estudo dos sons; lexeologia, estudo dos vocábulos, e sintaxe, estudo das orações e das palavras consideradas partes de uma oração” (idem, p. 15).

Depois de explicar a função da Fonética, afirma que é a área que estuda os sons e suas variações de acordo com a pronúncia, e esses sons são representados por “LETRAS segundo um sistema imperfeito, porém convencional, a que damos o nome de ORTOGRAFIA” (ibidem).

Denomina a Lexeologia como a área que estuda os vocábulos organizados em grupos ou categorias, observando os fatos comuns, fixos, variáveis e incomuns desses vocábulos. Em relação à substituição, que alguns autores fazem, do nome *Lexeologia* por *Morfologia*, Said Ali afirma que isso ocorre pelo fato de muitos estudiosos darem especial atenção aos elementos formativos dos vocábulos; no entanto, para ele, essa substituição é mais adequada às gramáticas latina e grega, já que apresentam um número maior de flexões.

A *Sintaxe* é a parte da gramática que estuda a proposição ou oração e, de maneira bastante didática, mostra a diferença de um vocábulo analisado do ponto de vista da *Lexeologia* e da *Sintaxe*.

A postura crítica e precursoramente linguística de Said Ali também fica muito nítida no último parágrafo do texto em questão, pois afirma que, mesmo com toda a evolução dos estudos gramaticais e da palpável diferença entre Lexeologia e Sintaxe, “há ainda vários fatos gramaticais cuja classificação é litigiosa, reinando dúvidas entre as maiores sumidades da linguística sobre se devem vir compreendidos na lexeologia ou na sintaxe”. (idem, p.16).

A gramática está estruturada da seguinte forma:

FONÉTICA

Fonemas gerais

Quantidade

Sílaba

Ditongos

Tritongos

Acentuação

Alterações fonéticas

ORTOGRAFIA

As vogais

As consoantes

Partição das palavras no fim das linhas

O hífen ou traço de união

O apóstrofo

Emprego das maiúsculas

Abreviaturas

LEXEOLOGIA

Substantivo

Artigo

Adjetivo

Verbo

Advérbios

Preposições

Conjunções

Interjeições

FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

Derivação

Composição

Prefixos gregos

Lista dos radicais gregos mais usados

Formações híbridas

SINTAXE E ESTILÍSTICA

A oração

Coordenação

Subordinação

Concordância

Emprego do verbo

Emprego do artigo

Emprego dos numerais

Colocação

Figuras de sintaxe

Elipse⁷

Pleonasmo

Anacoluto

Tropos

Símile ou comparação

Metáfora

Metonímia

Hipérbole

Eufemismo

Ironia

Paradoxo

Antítese ou contraste

Vícios de linguagem

Pontuação

Para muitos estudiosos, Said Ali é considerado o maior sintaticista da língua portuguesa. Bechara (1969) afirma que só Epifânio Dias conseguiu produzir uma obra capaz de equiparar-se à de Said Ali no que diz respeito ao estudo da Sintaxe. Silva Neto (1955) afirma que a atividade científica de Said Ali foi mais significativa na Sintaxe, visto que recorria a textos de várias épocas e manuseava-os com rigor metodológico, partindo dos mais antigos para os mais modernos, colhendo estados da língua e analisando os fatos linguísticos. Essa

⁷ As figuras em destaque serão analisadas na sequência.

análise estava embasada não somente nas mudanças de fonemas, mas também na história do vocábulo. Dessa forma, comparava duas ou mais formas por meio da interferência de vários fatores, inclusive psicológicos.

Levando em consideração tais fatos, optamos por fazer uma análise mais aprofundada do capítulo “Sintaxe e Estilística” – que, dentre outros assuntos, estuda as figuras de linguagem, objeto de nossa investigação.

3.3.2. As Figuras de Linguagem na *Gramática Secundária*

As figuras de linguagem estão localizadas na parte dedicada à Sintaxe e Estilística. No início do século XX, ainda não havia, no Brasil, obras de referência sobre estilística e, ainda hoje, existem restrições com relação ao *status* científico dessa disciplina. No entanto, no prólogo de sua gramática, Said Ali afirma que associou o termo estilística à parte de sintaxe, justamente por seguir exemplos de gramáticos estrangeiros notáveis, como Schmalz em sua *Lateinische Grammatik*, publicada em 1900, o que denota, sem dúvida, uma atitude precursora do autor.

No momento em que a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* foi publicada, a estilística estava dando os primeiros passos, na Europa, com Charles Bally e Leo Spitzer. (Cf. SAID ALI, 1964). Said Ali, contudo, pelo seu vasto contato com os estudos linguísticos europeus, colocou a estilística no mesmo nível de importância da sintaxe, já que o quinto capítulo de sua obra leva o nome de *Sintaxe e Estilística*.

Evanildo Bechara (1969) afirma que Said Ali sabia fazer agudas análises estilísticas a Vossler ou a Spitzer. É interessante notar que, assim como Spitzer analisava os desvios da linguagem comum por meio de uma análise psicologista, Said Ali também considerava a psicologia humana como um fator decisivo nas construções linguísticas.

Said Ali iniciou sua exposição sobre figuras de linguagem pela **elipse** e assim a define:

Elipse é a omissão de vocábulo ou termo da oração, estando o mesmo presente ao espírito da pessoa que fala e podendo ser suprido sem esforço pela inteligência do ouvinte.

A elipse tem por fim simplificar a frase, libertando-a de dizeres desnecessários a compreensão. Faz parte da linguagem cotidiana, sendo o caso mais comum aquele em que se evita a repetição de termos mencionados pouco antes. (idem, p. 296).

Nas construções linguísticas, portanto, não só o elemento psicológico, mas também a situação de comunicação eram considerados por Said Ali como aspectos relevantes aos estudos estilísticos.

Considerando o momento histórico em que essa gramática foi publicada, 1923, temos uma série de fatores históricos e linguísticos que contribuem e justificam essa visão de Said Ali, como, por exemplo, o advento do Modernismo que faz ascender as ideias de uma “língua brasileira”, autêntica, favorecendo, assim, maior liberdade de expressão e a linguagem popular, conforme exposto no capítulo II.

Ainda sobre a elipse, o autor dá exemplos de três tipos:

Elipse do sujeito:

Os seres vivos nascem, crescem, reproduzem-se e morrem.

(...)

Elipse do verbo:

O ladrão feriu primeiro o dono da casa, depois [feriu] o criado.

(...)

Elipse de outros termos:

Estrangeiros na terra, [na] lei e [na] nação (Camões). (idem, p. 296).

O autor também afirma que, em alguns casos, o termo subentendido pode ter forma flexional diferente da forma do termo mencionado antes e mostra que, nesse caso, ocorre um tipo peculiar de elipse que leva o nome de **zeugma**.

O **pleonasma**, que “consiste em repetir um termo de uma frase empregando outra expressão de sentido equivalente” (idem, p. 299), é uma das figuras com que se deve ter certos cuidados:

Empregado por descuido e sem necessidade alguma, o pleonasma é um vício de linguagem, conhecido mais particularmente pelos nomes de tautologia e redundância. Mas o pleonasma também se usa como figura de sintaxe, servindo para reforçar a ideia e expressá-la com mais clareza. (ibdem).

Ao afirmar que o *pleonasma* constitui um termo empregado por descuido e sem necessidade, dá os seguintes exemplos:

círculo redondo;
água molhada;
ver com os olhos. (ibdem).

No entanto, na sequência, mostra exemplos do *pleonasma* sendo usado para reforçar uma ideia e dar mais clareza a ela, como:

vi com meus próprios olhos ;
ou viver uma vida feliz. (ibdem).

Convém ressaltar que Said Ali dá muito mais ênfase ao uso do *pleonasma* como um recurso que auxilia na construção de orações mais expressivas e enfáticas do que à referência ao seu aspecto negativo de termo redundante.

A terceira figura de linguagem abordada é o **anacoluto**, definida da seguinte maneira: “Anacoluto é a maneira de exprimir pensamentos segundo a qual se interrompe uma parte da oração e, em lugar do seguimento pedido pela sintaxe, se passa a uma construção nova” (idem, p. 300).

O autor dá poucos exemplos do uso dessa figura e, no final da explicação, afirma que “a expressão vulgar “eu parece me que” seguida de verbo na 2ª ou 3ª pessoa é um emprego de anacoluto” (ibdem). Se considerarmos o estudo dessa

figura em relação às demais na obra, é possível constatar que o autor dedica uma parte muito pequena a ela. Vejamos alguns exemplos mostrados na obra:

Eu que cair não pude neste engano...encheram-me com grandes abundanças
o peito de desejos e esperanças (Camões)

Eu que te falo aos olhos dos presentes, não me é necessário deter-me em tão
sabido assunto. (Vieira). (idem, p. 301).

Martins (2008, p. 200) assevera que o anacoluto era muito usado na língua arcaica e também na clássica e que, mais tarde, passou a ser considerado pelos puristas como uma construção defeituosa. No entanto, tal construção é espontânea e põe em destaque o tema do enunciado, ou seja, “o sujeito psicológico. Nas construções comuns o sujeito psicológico coincide com o sujeito gramatical”.

Alguns contemporâneos de Said Ali, como é o caso de Maximino Maciel, criticavam o uso do anacoluto, enquanto outros, como João Ribeiro, valorizavam a utilização da figura.

Anacoluto é a interrupção ou quebra da contextura da frase, de sorte que fica uma palavra ou expressão sintaticamente desligada e sem função a exercer (...). (MACIEL, 1916, p. 394).

Anacoluto, chama-se a interrupção e mudança de construção já começada por outra de nexos diferentes.

Em geral, essa interrupção, não raras vezes elegantíssima, traduz mais fielmente o pensamento do que a coordenação lógica, por si mesma despida de sentimento (...). (RIBEIRO, 1933, p. 356).

Dando sequência à análise, os próximos itens abordados são os *tropos*. Brandão (1989) afirma que, na Antiguidade, os estudiosos dividiam a linguagem figurada em três diferentes grupos, de acordo com a lógica que dirigia a relação entre os sentidos reais e figurados: tropos, figuras de pensamento e figuras de palavras.

Os tropos, segundo ele, eram descritos como figuras que acarretavam “uma nova significação das palavras e recebiam diferentes denominações de

acordo com o modo de relação entre a primeira significação (a própria) e a segunda (a figurada)". (BRANDÃO, 1989, p. 19).

Said Ali inicia sua exposição sobre os tropos pela **símile** ou **comparação** **cuja definição é** "o conceito que, por meio da palavra 'como', se acrescenta a outro conceito a fim de melhor caracterizá-lo ou esclarecê-lo" (SAID ALI, 1964, p. 302). Vejamos os exemplos dados :

O sacerdote tinha os cabelos brancos como a neve.

Veleiro brigue corre à flor dos mares como roçam na vaga as andorinhas (Castro Alves). (ibdem).

Dando continuidade a sua exposição, afirma que, ao deixar de empregar a palavra "como" em uma comparação, é possível interpretar corretamente a ideia expressa figuradamente. Assim, tem-se a **metáfora**, o próximo exemplo de tropo. A metáfora consiste "em pôr, em lugar da expressão habitual, ou do termo a criar para exprimir conceito novo, uma expressão tirada de outra esfera de ideias e que vem sugerida pela comparação". (ibdem).

Para ele, algumas metáforas, as quais já foram incorporadas ao idioma, não têm valor para a estilística. Este é o exemplo de "pés da mesa, braços da cadeira etc" (ibdem).

Existem inúmeras definições para o conceito de estilo. Guiraud (1970, p. 163) afirma que essas diversas definições, se reduzidas a um denominador comum, limitam-se à seguinte definição: "o estilo é o aspecto do enunciado que resulta da escolha dos meios de expressão determinada pela natureza e as intenções do indivíduo que fala ou escreve".

Segundo Bechara (1969), Said Ali compreendia a estilística como o estudo das normas que formam o bom estilo, o estilo elegante e polido. Sendo assim, expressões como *pés da mesa* ou *braços da cadeira* não seriam particularidades do bom estilo ou inovações, já que foram incorporadas ao idioma. Essa visão de Said Ali é compartilhada por outros estudiosos como, por exemplo, o filósofo D'Alembert (*apud* GUIRAUD, 1970, p. 51), ao afirmar que o estilo "diz-se das

qualidades mais particulares do discurso, mais difíceis e raras, que denotam o gênio ou talento de quem fala ou escreve”.

Na sequência, Said Ali expõe que as metáforas que importam ao estilo são as “que se usam como imagens mais impressionantes, em vez de expressões habituais, já que essas dão mais viva ideia dos seres, dos atributos e das ações”. Vejamos alguns exemplos :

... *gastar rios de dinheiro*;
 ... *mar de esperanças*;
 ... *olhos de safira*;
 ... *sol da liberdade*;
 ... *o tempo voa*. (SAID ALI, 1964, p. 302).

O autor assevera que não é de bom gosto falar e escrever constantemente por meio de metáforas, principalmente se essas forem muito antigas ou já muito usadas e assinala que é mais cabível em construções que revelam o uso natural da linguagem. Ainda expõe que esse recurso deve ser mais usado na poesia e na ficção do que na prosa e na linguagem científica.

A boa metáfora, para Said Ali, é aquela que poupa o esforço intelectual do ouvinte para interpretá-la, ou seja, o termo de comparação deve ser algo que faça parte do cotidiano do ouvinte e deve ser exposto de forma natural.

O próximo tipo de tropo é a **metonímia**, definida pelo autor como a figura que “troca os nomes das coisas, substituindo os conceitos próprios por outros correlatos” (Idem, p. 304). Vejamos os exemplos:

- a)** Nomeia o tempo ou o lugar em vez dos seres compreendidos nesse lugar ou tempo: O país em vez de os habitantes do país, a posteridade por os homens da posteridade.
- b)** A causa pelo efeito, ou o produtor pelo objeto produzido: um Murilo por um quadro de Murilo (...). (ibdem).

Dando continuidade, a próxima figura é a **hipérbole** que, segundo o autor, é “o mesmo que exagero” (ibdem), visto que, escolhe-se uma expressão mais

enfática na intenção de ampliar/reforçar um sentido que já forte ou intenso, tornando-o mais forte e mais intenso.

Vês o argueiro no olho de teu irmão, e não vês a trave no eu olho. (Evang. De S. Matheus);

Colo que a neve escurecia. (Camões). (idem, p. 305).

A definição dada à metonímia e à hipérbole são bastante simplificadas, mas são acompanhadas de exemplos práticos:

A METONÍMIA troca os nomes das coisas, substituindo os conceitos próprios por outros correlatos.

Nomeia o tempo ou o lugar em vez dos seres compreendidos nesse lugar ou tempo (o país em vez de os habitantes do país, a posteridade por homens da posteridade)

(...)

HIPÉRBOLE é o mesmo que exagero. Escolhe uma expressão mais forte a fim de dar ao que é grande ou intenso um aspecto muito maior ou mais intenso, e ao que é pequeno um aspecto muito menor.

“Vês o argueiro no olho do teu irmão, e não vês a trave no teu olho.” (Evang. de S. Mateus)

“Colo que a neve escurecia.” (Camões). (idem, p. 304).

Na sequência, aborda as figuras eufemismo, ironia e paradoxo; no entanto, apenas as define sem exemplificá-las:

EUFEMISMO é o emprego de expressões adequadas a atenuar ou evitar a impressão desagradável que se produziria dizendo as coisas pelos seus verdadeiros nomes.

A IRONIA diz o contrário daquilo que se pensa, como quando se chama gênio ao indivíduo estúpido, e herói ao convarde.

PARADOXO consiste em terminar um pensamento com o contrário daquilo que fazia esperar o começo. (idem, p. 305).

A última figura exposta é a **antítese** definida como a figura que expõe conceitos ou pensamentos opostos por meio de associações ou de confrontos. Vejamos os exemplos:

Buscas a vida, eu a morte.

Buscas a terra, eu os céus. (G. Dias)

Depois é que surgiu o homem e a podridão, a árvores e o verme, a bonina e o emurcheçar. (Herculano). (idem, p. 305).

As figuras de linguagem, na obra de Said Ali, foram expostas por meio de enunciados definidores, seguidos de exemplos, na maior parte, retirados de grandes escritores da língua portuguesa. A maneira clara e simples de expor o conteúdo confirma o objetivo colocado no prólogo da obra, no qual se verifica a intenção do autor em facilitar a vida do estudante de forma a ajudá-lo a vencer “as dificuldades técnicas próprias do idioma”, ou seja, levar ao conhecimento do aluno toda a complexidade da língua portuguesa de maneira mais acessível e “não criar-lhes novos embaraços”. Além disso, os exemplos retirados de grandes escritores confirmam que as figuras de linguagem, embora para muitos sejam consideradas erros, são e sempre foram utilizadas por grandes escritores como recursos que dão maior expressividade às suas obras.

Do ponto de vista histórico-cultural, foi possível constatar que a obra de Said Ali está em consonância com o seu tempo, visto que, o Brasil, nas duas primeiras décadas do século XX, vivia um momento de tensão gerado pela desigualdade social e a ascensão das elites, o que deu origem a uma série de revoltas populares. Esse quadro social foi exposto nas obras literárias produzidas na época, as quais focalizaram, em sua maioria, as regiões brasileiras abandonadas e desassistidas pelo governo.

Em 1922, o centenário da Independência do Brasil também contribuiu para uma valorização maior da cultura popular brasileira, assim como uma revisão artística das obras nacionais que, nesse momento, deveriam ser recriadas com a “cara” do Brasil, do seu povo e não mais serem, apenas, reproduções dos padrões estrangeiros ou da elite. Dessa maneira, o clima estava propício para o movimento da Semana de Arte Moderna que ocorreu nesse mesmo ano e teve como influência o movimento das vanguardas europeias.

Essa noção forte de brasilidade reforçou as ideias de uma “língua brasileira”, o que fez com que as concepções de linguagem fossem vistas pelo prisma das massas populares, ou seja, a partir do movimento modernista, escritores e estudiosos passaram a questionar a preocupação com a estética normativa, e a literatura brasileira passou a dar voz aos aspectos da variação linguística presentes na linguagem popular.

Dessa forma, vemos que a literatura modernista trouxe uma nova maneira de perceber a língua, enfatizando também fatores extralinguísticos, assim como fez Said Ali em sua obra, visto que, ao expor as figuras de linguagem, demonstrou que tais recursos, considerados por alguns estudiosos como erros, para ele, auxiliavam na expressividade da linguagem e na construção do bom estilo.

Do ponto de vista linguístico, vemos que Said Ali teve uma preocupação recorrente em relação à interferência dos fatores psicológicos na execução da língua portuguesa. O autor adotou a postura descrita por Saussure (1969, p. 14), em seu *Curso de Linguística Geral*, primeira edição publicada postumamente em 1916, na qual afirma que, “na realidade, tudo é psicológico, inclusive suas manifestações materiais e mecânicas, como a troca dos sons”.

Segundo Câmara Jr (1975), o que caracterizou o período no qual o autor estava inserido foi a preocupação em sistematizar os fatos linguísticos, e, justamente por isso, um grande número de gramáticas foi publicado nesse momento. No entanto, Said Ali se sobressaiu em relação aos demais estudiosos, porque a nova ciência da linguagem, a linguística, que já havia se firmado na Europa, ainda estava dando seus primeiros passos no Brasil – devido, principalmente, à distância dos centros de estudos europeus e também à ausência de cursos universitários de Letras. Porém, Said Ali, sendo professor de alemão, pôde se aprofundar antecipadamente no estudo da linguística europeia retirando, dessa ciência, as bases doutrinárias presentes em sua gramática.

Conforme foi visto nos capítulos anteriores, com relação ao ensino, as reformas educacionais ocorridas no período da Primeira República não obtiveram êxito. O mesmo se deu com o ensino de língua portuguesa que foi voltado essencialmente para o estudo das regras, sem levar em consideração o uso prático do idioma. Na gramática de Said Ali, entretanto, vê-se que, além de utilizar

uma terminologia simples e clara, teve a preocupação recorrente em descrever a modalidade oral da língua portuguesa.

Procuramos, no presente capítulo, mostrar quem foi Said Ali, sua trajetória como pesquisador, professor e filólogo, bem como a importância de seus estudos para a língua portuguesa, mais precisamente de sua *Gramática Secundária*. Por ser considerado um dos maiores sintaticistas da língua portuguesa, optamos por fazer uma análise mais aprofundada da parte de figuras de linguagem, com o objetivo de verificar como o autor abordava tais conceitos e como os expunha aos alunos do ensino secundário.

No capítulo seguinte, abordaremos a vida e a obra de Evanildo Bechara, bem como procederemos com o estudo descritivo-analítico das figuras de linguagem presentes em sua *Moderna Gramática Portuguesa*.

CAPÍTULO IV

EVANILDO BECHARA – VIDA E OBRA

4.1. Vida

O grande linguista Evanildo Bechara é, sem dúvida, uma figura importantíssima dentro dos estudos de gramática e linguística. É fácil para um estudioso ou pesquisador da língua portuguesa tecer elogios ao professor Bechara, pois há muitas qualidades a serem apontadas, afinal suas obras constituem um rico material de pesquisa acadêmica e de uso prático ao professor de Língua Portuguesa. Se, apenas conhecendo as suas obras, é possível nutrir tamanha admiração pela sua pessoa, quando nos deparamos com a sua trajetória de vida essa admiração aumenta consideravelmente. Como o cerne desta pesquisa está também em uma obra de Evanildo Bechara, faz-se mister conhecer sua história de vida.

Nascido na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco, em 26 de fevereiro de 1928, Evanildo Cavalcante Bechara foi o primogênito de Maria Izabel Cavalcante Bechara e João Bechara. Seu pai fora comerciante e, constantemente vinha ao Rio de Janeiro para fazer compras. Em duas dessas vindas, trouxe, com ele, Evanildo, no intuito de orientá-lo para o comércio e, segundo Marlit Bechara, (2008, p. 46),

nessas viagens já se delineava um traço permanente da personalidade de Evanildo Bechara – o senso de responsabilidade e o cuidado com o outro-, pois, quando seu pai, na hora combinada, retornava ao hotel em que se hospedavam para levá-lo a almoçar, já o encontrava esperando na porta, dizendo-lhe que descera as escadas a fim de que o pai não as necessitasse subir, isto aos oito anos de idade.

João Bechara, pai de Evanildo, faleceu em 1938, com menos de 30 anos. Diante desse doloroso acontecimento, a família passou a ter dificuldades financeiras, e Bechara foi estudar em uma escola pública. Além disso, começou a

trabalhar na Casa das Novidades, comércio que fora de seu pai, que, naquele momento, fora comprado por dois amigos da família.

Após terminar a quarta série primária, D. Maria Izabel enviou Bechara ao Rio de Janeiro para residir com seu tio-avô e capitão do exército, Benedito Clímaco de Holanda Cavalcanti. Estando já na terceira série do curso ginásial e no intuito de ajudar a sua mãe, passou a dar aulas particulares de matemática, afinal tinha o desejo de tornar-se engenheiro; no entanto, e surpreendentemente, só lhe apareciam alunos de latim e português. Então começou a ministrar aulas dessas disciplinas e, para isso, contou com o apoio do mestre Odeval Machado.

Segundo o próprio Bechara (2006), aos 15 anos, quando estava na quarta série ginásial, por circunstâncias eventuais, entrou em contato com a obra *Lexeologia do português histórico* de M. Said Ali :

Comecei a ler o livro pelo prólogo. Nesse prólogo, Said Ali faz referências ao falante. Até então, estudávamos a língua divorciada do falante. A língua parecia ter existência própria: nascia, crescia, vivia e morria independente do falante. (...) Ao ler a **Lexeologia**, descobri um outro mundo. Tomei-o como modelo. (BECHARA, 2006, p. 14-5).

Após a leitura dessa obra, procurou outras do mesmo autor e leu *Dificuldades da Língua Portuguesa, Meios de Expressão e Alterações Semânticas* e a *Gramática Histórica*. Em virtude dessas leituras, entrou em contato com Said Ali que, na época, estava com 81 anos de idade.

Bechara e Said Ali passaram, desde então, a se encontrar, semanalmente, para estudar Língua Portuguesa e alemão.

Assim, três vezes por semana eu ia à casa do Professor Said Ali. Algumas vezes, fazia apenas a tradução do alemão sugerida como exercício de gramática. Outra, líamos os clássicos. Pedia-me para ir até a estante. Indicava um livro. Eu o localizava e lhe entregava. Líamos João de Barros, Diogo Couto, Castanheda e muitos outros. Eu atentamente ouvia ele ler em voz alta. Ele interrompia a leitura e comentava a história desta ou daquela palavra. Fazia sempre um comentário filológico do texto. (BECHARA, 2006, p. 17).

Bechara conviveu com Said Ali durante quase doze anos e, segundo Marlit Bechara (2008, p. 47),

A convivência com o Professor Said Ali por quase 12 anos imprimiu ao jovem estudante Bechara características de pesquisa e inclinações temáticas que têm perdurado e que, aliadas à sua perseverança e amor aos estudos lhe abriram os horizontes culturais e profissionais. (p.47)

Ao terminar o ginásio, Bechara transferiu-se para o Instituto La-Fayette, com o intuito de dar continuidade ao curso clássico. O diretor do instituto, La-Fayette Cortes, porém, convidou-o para ser um dos professores da equipe de professores particulares do Instituto. Essa equipe era formada, dentre outros, pelos alunos carentes e mais adiantados do colégio.

Felipe dos Santos Reis, diretor da Faculdade do Instituto La-Fayette, sugeriu que Bechara apresentasse, nessa instituição, o trabalho *Fenômenos de Intonação*, trabalho esse que mereceu a aprovação do professor Said Ali. A apresentação desse trabalho rendeu a Bechara a condição de Notório Saber, o que lhe dava o direito de prestar o vestibular de acesso à universidade sem terminar o curso clássico. Assim, antes mesmo dos 18 anos, Bechara inscreveu-se no vestibular para Letras Neolatinas e conquistou o terceiro lugar. Nessa época, essa colocação era um grande feito, visto que seus concorrentes eram professores já formados.

No terceiro ano de faculdade, foi convidado para ser assistente de seu professor de Latim, Ernesto Faria. No entanto, acabou recusando o convite, alegando que havia estudado durante muito tempo com o professor Said Ali e este o orientara e preparara para que fosse professor de Língua Portuguesa, e não de Latim.

Durante muitos anos, deu aulas no ensino médio e, posteriormente, de Filologia Românica na Faculdade La-Fayette, substituindo o professor Nascentes que havia ido a um congresso fora do país. Logo em seguida, Bechara preparou a sua tese de livre docência e foi avaliado pelo Professor Theodoro Henrique Maurer Júnior que, segundo palavras do próprio Bechara, fez o seguinte

comentário: “Não posso dar ao autor da “Moderna Gramática Portuguesa” menos de dez na prova de títulos”. (BECHARA, 2006, p. 21).

Em sua tese de livre-docência, Bechara escreveu sobre o futuro românico. A aprovação nesse concurso, de acordo com a legislação vigente, conferiu a ele também o título de doutor em Letras. Após defender a livre-docência, prestou concurso para a cátedra de Filologia Românica na Faculdade La-Fayette – hoje é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Na tese para a cátedra, fez uma análise sobre a sintaxe nominal *Na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta*. Passou no concurso, mas não tirou a cátedra que ficou com o professor Rocha Lima. Bechara prestou, ao todo, dez concursos públicos e, segundo palavras suas, quando era aprovado, abandonava o cargo antigo e assumia o novo.

Com relação às influências que Bechara recebeu ao longo de sua vida, destacamos a de Said Ali, mestre responsável por definir a formação superior de Bechara em língua portuguesa, além de lhe ter passado ensinamentos que o conduziram a honestidade de pesquisa e à exaustão na busca de fontes a serem consultadas e estudadas.

Outra influência fundamental foi a do professor Antenor Nascentes de quem Bechara foi assistente de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia, de Ciências e Letras do Instituto La-Fayette. A terceira influência decisiva foi o professor Mattoso Câmara Jr., visto que seus trabalhos despertaram em Bechara preocupações relativas à linguística teórica e descritiva da língua portuguesa.

Não poderia deixar de citar o nome de Eugenio Coseriu que, na década de 50, em sua primeira visita ao Rio, conheceu o professor Bechara e, a partir daí, iniciou-se uma grande amizade entre os dois, e Bechara acabou colocando, em suas obras, algumas das propostas de Eugenio Coseriu. Além dos nomes citados anteriormente, é importante fazer referência também a Tomás de Almeida Correia, professor de português e latim, de quem Bechara colheu e ainda colhe valiosos ensinamentos que contribuíram para alicerçar seus percursos no mundo clássico.

O mestre Bechara também desempenhou uma série de atividades no exterior. Enquanto estava no cargo de Secretário Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, na década de 60, foi indicado pelo conselheiro Leônidas Sobriño Porto e pelo Padre Artur Alonso para aceitar uma bolsa de estudos na Espanha. Bechara faz, então, um estágio em Madrid que lhe abriu as portas a Portugal e ao resto da Europa ocidental.

Isidro Facó é o responsável pela segunda experiência estrangeira de Bechara. Facó o indicou para exercer as funções de professor visitante no Instituto Românico da Universidade de Colônia, na Alemanha. Ao lado de grandes mestres como Fritz Shalk, estudou com profundidade a área romanística praticada na Alemanha.

A convite do brasilianista José van der Besselar, foi ministrar vários cursos na Universidade de Nimega, na Holanda. Em 1987, Bechara foi convidado pelo Professor Aníbal Pinto de Castro a ser Professor Catedrático Visitante na Universidade de Coimbra, onde ministrou, durante dois anos, o curso de Sintaxe de Língua Portuguesa. Nessa mesma Universidade, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* e, na sequência, foi indicado Membro Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e também do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

4.2. Obra

O último decênio da primeira metade do século XX foi decisivo para os rumos da pesquisa Linguística no Brasil, pois foi, nesse momento, que Linguística e Filologia passaram a ser estudadas como disciplinas distintas. Segundo Cavaliere (2008), uma das preocupações girava em torno da própria formação dos novos pesquisadores: afinal, seriam eles filólogos ou linguistas?

A história nos informa que a juventude letrada na metade do século XX, não obstante já se abeberasse das novas tendências estruturalistas, mantinha as

bases de uma tradição filológica fortemente influenciada pelos estudos diacrônicos, consolidada entre nós desde a segunda metade do século XIX com o advento da Gramática Científica.(...) Como a geração que se aposentava no limiar da segunda metade do século passado era legatária dos estudos histórico-comparativistas do século XIX, não será surpreendente constatar que seus pupilos tenham iniciado carreira nessa linha de investigação linguística (CAVALIERE, 2008, p. 86-7).

Evanildo Bechara, conforme foi dito anteriormente, foi amigo e discípulo de Said Ali. Os frutos dessa amizade cedo se manifestaram como textos avulsos publicados por Bechara entre 18 e 26 anos de idade. Posteriormente, em 1954, quando se dava o primeiro aniversário da morte de Said Ali, Evanildo Bechara reuniu esses textos na coletânea *Primeiros Ensaios sobre Língua Portuguesa*, publicada pela Editora São José do Rio de Janeiro.

De acordo com Cavaliere (2008, p. 87), antes dessa obra, Bechara já havia “posto em letra de forma alguns estudos”, dentre os quais, o primeiro *Fenômenos de intonação: um capítulo de fonética expressiva*. Tanto *Primeiros Ensaios*, quanto *Fenômenos de intonação* são obras que pertencem a uma fase juvenil na trajetória de Bechara, mas que já expunham o seu perfil acadêmico como investigador e pesquisador linguístico.

Em 1960, publicou *Lições de Português pela Análise Sintática*. Nessa obra, Bechara concretizou as experiências didático-pedagógicas no ensino do idioma. Marlit Bechara (2008, p. 51) afirma que

segundo declarações de colegas, este livro tornou-se motivo de inspiração para as aulas dos professores iniciantes no magistério de Língua Portuguesa. Tão grande foi o sucesso das Lições de português que seu colega no Instituto de Educação, Ary da Matta, então promotor cultural da Editora Nacional no Rio de Janeiro, no início de 1960, convidou-o a atualizar a conhecidíssima e muito bem elaborada Gramática expositiva de Eduardo Carlos Pereira.

Durante o término do primeiro capítulo da atualização da *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira, Ary da Matta percebeu que sofreria mudanças radicais, então convidou Bechara para escrever a sua Gramática. Em 1961, foi publicada, então, a primeira edição da *Moderna Gramática Portuguesa*.

As Lições de Português pela Análise Sintática e a Moderna Gramática Portuguesa deram a Bechara a oportunidade de difundir seus conhecimentos em várias partes do país por meio de cursos e palestras. Além disso, a convite de Antenor Nascentes, passou a ocupar o cargo de assistente em Filologia Românica, na Faculdade do Instituto La-Fayette. Nesse momento, Bechara passou a prestar inúmeros concursos, em sua maioria com defesa de tese.

Oficialmente, Bechara iniciou a sua carreira acadêmica em 1948 e, nessa longa trajetória no Magistério Superior, desempenhou, de maneira muito competente e intensa, atividades, como orientação de teses, exame de monografias e teses universitárias, participação em numerosíssimas bancas de concursos para magistério secundário, funções e cátedras universitárias e, até os dias atuais, continua com o mesmo vigor no seu labor magisterial.

4.3. A Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara

A Moderna Gramática da Portuguesa teve sua primeira edição em 1961, no mesmo ano em que surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a 4.024/61. É importante enfatizar que, em 1959, surgiu a NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira. Nesse período, ocorreu uma série de mudanças na educação, principalmente, no ensino de Língua Portuguesa. Segundo Faccina; Casagrande & Hanna (2008), essa obra surgiu como apoio fundamental aos professores de Língua Portuguesa que dela se utilizaram ao longo de toda a segunda metade do século XX.

Em meio a todas essas transformações pelas quais passava a educação brasileira, embora tenha dado um tratamento novo para uma série de assuntos, Bechara não teve o intuito de romper definitivamente com a tradição secular no ensino de Língua Portuguesa. No prólogo da 1ª edição de sua *Moderna Gramática*, Bechara afirmou que “não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que esta *Moderna Gramática* traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico”.

Essa disposição da matéria fica nítida quando a comparamos com a divisão proposta no texto integral da NGB de 1959, no qual a Gramática fica dividida em três partes: Fonética, Morfologia e Sintaxe, mais um Apêndice com os seguintes itens: Figuras de Sintaxe, Gramática Histórica, Ortografia, Pontuação, Significação das Palavras e Vícios de Linguagem.

Na *Moderna Gramática*, a divisão é a seguinte: *Fonética e Fonêmica, Morfologia, Sintaxe, Pontuação, Semântica, Noções Elementares de Estilística, Noções Elementares de Versificação*, além de um *Apêndice* com exemplos de análise estilística. Podemos constatar que tais divisões são muito semelhantes, no entanto, o autor manifesta a sua preocupação com o novo, já que é um “percebedor” das mudanças pelas quais a língua portuguesa estava passando e com as novas tendências linguísticas do período. Ainda, no prefácio, afirma que

Encontrarão os colegas de magistério, os alunos e quantos se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava.

(...)

Seguimos a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Os termos que aqui se encontrarem e lá faltam não se explicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados.

Outro aspecto merecedor de nossa atenção é a preocupação do autor em construir um compêndio rico, moderno e escrito em linguagem simples. Podemos associar tal fato à larga experiência de Bechara, em sala de aula, pois, estando em constante contato com adolescentes do ensino secundário, sentiu a necessidade de criar uma gramática em consonância com as teorias estrangeiras, sem deixar de lado a tradição secular e utilizando uma linguagem simples e acessível. Sua gramática é, de fato, moderna como o próprio nome diz.

4.3.1. As partes da gramática

A gramática em estudo⁸ possui sete capítulos, distribuídos em quatrocentas e sessenta páginas. Além disso, apresenta um prefácio e uma introdução na qual esclarece alguns tópicos bastante pertinentes denominados: “Que é uma língua”, “A língua é um fenômeno cultural”, “Modalidades de uma língua”, “Língua geral e língua regional”, “Objeto da Gramática”, “Divisão da gramática”, “Partes da Gramática” e “Objeto da Estilística”.

Inicialmente, define a língua como “ sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende” (BECHARA, 1963, p. 24). Além disso, ao afirmar que a língua é um fenômeno cultural, expõe que, fora do homem, a língua é uma abstração e, no homem, é resultado de um patrimônio cultural que a sociedade lhe transmite.

Na sequência, aborda as diferenças entre língua falada, língua escrita, língua regional, língua geral e afirma que

cabe à Gramática registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se pode falar e escrever bem uma língua. Daí ser a Gramática, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte. (idem, p. 24).

Ainda, na introdução, assevera que a gramática pode estudar uma época específica, as fases de evolução de um idioma ou de vários idiomas. No entanto, a que mais interessa à “comunidade social” é a que estuda o momento contemporâneo do idioma, isso considerando a utilização imediata do código *de bem falar*. A essa gramática dá-se o nome de gramática expositiva, normativa ou apenas gramática. O autor ainda coloca que a Gramática Histórica e a Gramática Comparada divergem da Gramática anteriormente citada, por serem apenas obras de *ciência* (idem, p. 25).

Expõe, em seguida, as partes que compõem uma gramática e o objeto de estudo de cada parte:

⁸ Utilizamos como fonte de consulta a oitava edição, publicada em 1963.

A Gramática estuda:

- a) os sons da fala: *Fonética e Fonêmica*
- b) as formas: *Morfologia*
- c) as construções: *Sintaxe*
- d) os sentidos e suas alterações: *Semântica*. (ibdem).

No final da parte introdutória, define Estilística como “um campo novo dos estudos de linguagem que procura investigar o sistema expressivo que o idioma põe a serviço do falante e sua eficiência estética” (idem, p. 26). Expõe que esses ramos que estudam os fatos da linguagem fazem parte de uma disciplina chamada Linguística ou Ciência da Linguagem. Além disso, dedica o sexto capítulo de sua obra às *Noções elementares de estilística*.

A obra está estruturada da seguinte forma:

ÍNDICE

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

I-FONÉTICA E FONÊMICA

A) Produção dos fonemas e sua classificação

Fonética descritiva

Fonética expressiva

Aliteração⁹

Onomatopeia

B) Ortoepia

C) Prosódia

D) Ortografia

II-MORFOLOGIA

⁹ As figuras em destaque serão analisadas na sequência

A) Classes de vocábulos

Substantivo

Adjetivo

Artigo

Pronome

Numeral

Verbo

Advérbio e os denotativos

Preposição

Conjunção

Interjeição

B) Estrutura dos vocábulos

Estrutura dos vocábulos

Formação de palavras

III-SINTAXE

A) Noções gerais

B) O período simples

C) Núcleo

D) Termos essenciais da oração

Tipos de predicado: verbal, nominal e verbo-nominal

Constituição do predicado verbal

Complementos nominais

Adjunto: seus tipos

Agente da passiva

Aposto: seus tipos

Vocativo

E) O período composto

Orações independentes e dependentes

Oração principal

Interrogação direta e indireta

Orações coordenadas conectivas

Orações intercaladas

Orações subordinadas

Orações reduzidas

F) Sintaxe de classe de palavras

Emprego do artigo

Emprego do pronome

Emprego do verbo

Emprego de preposições

Concordância

Regência

Apêndice

Figuras de sintaxe

Elipse

Pleonasmo

Anacoluto

Antecipação

Braquilogia

Haplologia sintática

Contaminação sintática

Expressão expletiva ou de realce

Vícios e anomalias de linguagem

IV-PONTUAÇÃO

V-SEMÂNTICA

Metáfora

Metonímia

Eufemismo

VI-NOÇÕES ELEMENTARES DE ESTILÍSTICA

VII- NOÇÕES ELEMENTARES DE VERSIFICAÇÃO

Apêndice

4.3.2. As Figuras de Linguagem na *Moderna Gramática Portuguesa*

Como o presente trabalho está centrado no estudo das figuras de linguagem e essas estão intimamente ligadas à questão do estilo, é mister abordarmos o tratamento dado à estilística na presente obra.

Bechara (1963, p. 425), no momento em que iniciou a sua abordagem sobre a estilística, a chama de *Nova Estilística* e a define como “parte dos estudos da língua que se preocupa com o estilo”. Em seguida, baseado na obra *Noções de Estilística*, de Câmara Jr., afirma que estilo é o “conjunto de processos que fazem da língua representativa um meio de representação psíquica e apelo”.

Essa noção de estilo, segundo Bechara, embora tenha sido retirada da obra de Câmara Jr., está fundamentada na teoria de Charles Bally, para quem o estilo é caracterizado pelo contraste entre o intelectual e o emocional e não pela oposição entre o individual e o coletivo. Nesse sentido, Bechara afirma que a gramática trabalha no campo da língua intelectual, e a estilística, da língua afetiva, de maneira que ambas se completam.

Uma não é negação da outra, nem uma tem por missão destruir o que a outra, com orientação científica, tem podido construir. Ambas se completam no estudo dos processos do material de que o gênero humano se utiliza na exteriorização das ideias e sentimentos. (idem, p. 425).

No tocante às figuras de linguagem, Bechara assegura que é um erro achar que, para escrever bem e com estilo, é necessário abusar do uso de figuras de linguagem, isso porque essas figuras só serão consideradas como recurso de estilo se fizerem sentido na circunstância em que estão sendo utilizadas; caso contrário, podem ser consideradas como erros gramaticais e não como desvios da norma culta em funções estéticas.

Podemos deduzir que, por achar a estilística uma área que abrange muito mais questões do que apenas o uso das figuras de linguagem, Bechara preferiu separá-las de acordo com o recurso estilístico que utilizam. Dessa maneira, coloca a aliteração e a onomatopeia dentro da *Fonética e Fonêmica*, as figuras de sintaxe – elipse, pleonismo, anacoluto, antecipação, braquilogia, haplologia sintática, contaminação sintática, expressão expletiva ou de realce – em um apêndice no capítulo dedicado à sintaxe e as figuras semânticas – metáfora, metonímia, braquilogia ou abreviação, eufemismo – no capítulo de mesmo nome.

Iniciaremos a exposição das figuras de linguagem pela **aliteração**. Bechara (1963, p. 44) a define como “repetição de fonema igual ou parecido para descrever ou sugerir acusticamente o que temos em mente para expressar” e faz uso dos seguintes exemplos:

As asas ao sereno e sossegado vento. (utilização do fonema fricativo alveolar sonoro).

Bramindo o negro mar de longe brada. (utilização principal dos fonemas b, r e d) (ibdem).

Já a **onomatopeia** é definida como “o emprego de fonema em vocábulo para descrever acusticamente um objeto pela ação que exprime” e dá exemplos:

tique –taque do relógio;
o marulho das ondas;
o zunzunar da abelha;
e o arrulhar dos pombos.(ibdem).

As figuras de sintaxe estão localizadas no apêndice do capítulo II, Sintaxe. A palavra *apêndice*, segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa, significa “parte pertencente a outra, maior, que a completa”. Partindo dessa definição, constatamos que a parte de Sintaxe da obra não poderá ser considerada completa sem o apêndice com as figuras de sintaxe. Isso porque, por ser a sintaxe responsável pela combinação das palavras na frase, ela é, sobretudo, atividade criadora, pertencente tanto ao domínio gramatical, quanto ao domínio do estilo e, no que diz respeito ao domínio do estilo, encontram-se as figuras de sintaxe.

Podemos dizer que essa colocação das figuras de linguagem, em um apêndice, pode estar relacionada à postura de Bechara em não romper com a tradição secular gramatical. Conforme exposto no item 2.3, nos anos 60, a educação pautada na moderna ciência linguística foi mal interpretada por muitos educadores, pois houve uma super valorização do código oral em relação ao escrito e certa desatenção às normas estabelecidas pela tradição. Esse aspecto gerou uma sublevação contra o ensino da gramática normativa, produzindo resultados desastrosos. Como as figuras de linguagem estão no domínio da linguística, vemos que o autor demonstra certa cautela ao expor esses fenômenos.

A primeira figura sintática abordada por Bechara é a **elipse**, definida como “a omissão de um termo facilmente subentendido” (idem, p. 330). Na sequência, enumera as elipses que ocorrem com maior frequência e dá exemplos:

a) a do pronome sujeito de 1ª e 2ª pessoa do singular e do plural: a presença de tais pronomes só se dá em caso de ênfase ou de contraste com outro sujeito.

Sairei depois do almoço

Fostes enganado

Mas:

Eu sairei , mas ele não.

b) a da preposição em algumas circunstâncias adverbiais de modo, preço, tempo, lugar, peso.

As visitas, pés sujos, entraram no salão.

c) a da preposição antes do conectivo que introduz as orações objetivas indiretas e completivas nominais

Preciso (de) que venhas aqui.

d) a da conjunção integrante, mormente como introdutor das subordinadas subjetivas e objetivas diretas.

É necessário (que) se faça tudo rapidamente.

e) a do verbo dizer (e semelhante) nos diálogos.

E ela: -- Você está zangado comigo? (ibidem)

Em sua obra *Lições de Português pela Análise Sintática*, publicada pela primeira vez, em 1960, ao expor a elipse, o faz de maneira mais detalhada do que em sua *Moderna Gramática* porque fora dedicada, exclusivamente, à análise sintática. Bechara afirma que “para a perfeita análise [da elipse], é necessário pôr ao claro os termos que, por demais conhecidos e presentes no subconsciente dos falantes, se calam, sem nenhum prejuízo da inteligência do contexto”. (1976, p. 194). Embora seja um recurso cômodo, não se pode abusar de seu uso, pois o pode causar confusão no entendimento da frase, conforme Said Ali (1919 *apud* BECHARA, 1969).

Se, para a elipse, termos podem ser dispensados da frase sem que essa tenha o seu sentido prejudicado, existem aquelas frases nas quais a presença de determinados termos reforçam uma ideia já expressa ou, simplesmente, a repetem desnecessariamente. Nesse caso temos o chamado **pleonismo**.

Bechara define pleonismo como “a repetição de um termo já expresso ou de uma ideia já sugerida”. Mais uma vez demonstra uma postura contemporânea em relação ao uso das figuras de linguagem, afirmando que o fator determinante do uso do pleonismo deve ser o uso, e não a lógica. Esse uso é que determinará se o pleonismo tem um valor expressivo ou negativo, como se pode verificar no exemplo dado pelo autor:

Ao pobre não lhe devo (pleon. do obj. ind.);
 Subir para cima. (BECHARA, 1963, p. 404).

Martins (2008) afirma que o critério para distinguir esses dois tipos de pleonasma é subjetivo e variável. Na literatura da terceira fase modernista, um dos recursos mais utilizados por Guimarães Rosa é o pleonasma, muitos dos quais poderiam ser considerados escandalosamente viciosos, no entanto, servem para dar ênfase à fala dos personagens, tornando-os mais característicos.

Anacoluto é a próxima figura abordada, definida por Bechara como “quebra da estruturação lógica da oração”(ibdem). Vejamos o exemplo:

Eu que era branca e linda, eis-me medonha e escura. (idem, p. 405).

Bechara, novamente, recorre a Said Ali para justificar a explicação dada, citando trecho da obra *Meios de Expressão e Alterações Semântica*: “resulta esta anomalia em geral do fato de não poder a linguagem acompanhar o pensamento em que as ideias se sucedem rápidas e tumultuárias”. (SAID ALI *apud* BECHARA, p. 330).

No entanto, ainda na gramática de Bechara, encontramos no sexto capítulo, intitulado *Noções Elementares de Estilística*, uma comentário sobre o Anacoluto, no qual o mestre afirma que tal fenômeno ultrapassa os limites de uma simples figura, para ser um eficaz recurso estético e cita um trecho do soneto *À Carolina*, de Machado de Assis, para justificar tal afirmação.

que eu, se tenho nos olhos mal-feridos pensamentos de vida formulados, são
 pensamentos idos e vividos.”

O recurso do anacoluto põe diante de nossos olhos a profunda dor do esposo que, pensando na companheira que se foi, não tem a paz interior necessária para estruturar logicamente todo o tumulto de ideias que lhe vai n'alma. (idem, p. 349).

Podemos constatar com tais afirmações que, muitas vezes, fenômenos, como o anacoluto, considerado erro pela gramática normativa, para a estilística, pode ser um recurso de estilo fundamental para expor, com precisão, os sentimentos mais profundos do enunciador. Não é à toa que, logo após tal exposição, Bechara afirma que a Estilística “é o passo mais decisivo no estudo de uma língua, para a educação do sentimento estético” (idem, p. 350).

Câmara Jr. (1997), em seu *Dicionário de Linguística e Gramática*, ao definir anacoluto afirma que, apesar da função expressiva atribuída a essa figura, seu uso é ainda combatido pela gramática:

Chama-se anacoluto ou FRASE QUEBRADA àquela em que a uma palavra ou locução, apresentada inicialmente, se segue uma construção oracional em que essa palavra ou locução não se integra. O papel do anacoluto é pôr em relevo a ideia primordial que temos em mente, destacando-a como uma espécie de título do que vamos dizer. O seu uso, comum no grego antigo e na nossa literatura clássica é hoje combatido pela disciplina gramatical (...) (CÂMARA Jr., 1997, p. 56).

A próxima figura abordada por Bechara é a **antecipação** definida como o emprego de uma expressão fora do lugar que, gramaticalmente, deveria estar. Segundo o autor, as antecipações são ditadas por ênfase e, muitas vezes, dão origem a anacolutos. Exemplifica da seguinte forma:

O tempo parece que vai piorar.
por
Parece que o tempo vai piorar. (p. 405)

Dando sequência à análise, a figura subsequente é a **braquilogia**. Segundo Bechara, “trata-se do emprego de uma expressão mais curta equivalente a outra mais ampla ou de estruturação mais complexa” (idem, p. 331). Em *Lições de Português pela Análise Sintática*, afirma que a braquilogia “está muito ligada à elipse e se explica pelo fato de o homem procurar sempre o meio mais fácil e simples de traduzir seus pensamentos” (1976, p. 196).

Estudou como estudaria se fosse passar.

por

Estudou como se fosse passar. (p. 331)

Câmara Jr. (1997) afirma que a civilização moderna criou um tipo de braquilogia para a redação de telegramas, nos quais se formulam as frases desprovidas de partículas auxiliares e verbos, até onde é permitida a clareza.

Vemos que a braquilogia, assim como outros fenômenos já citados, está em consonância com essa nova vertente de estudos linguísticos na qual não é possível desconsiderar a influência dos fatores psicológicos e sociais na produção dos textos escritos ou falados.

Haplologia sintática é o próximo fenômeno abordado e, segundo o autor, consiste na omissão de uma palavra pelo fato de ela estar em contato com outra palavra foneticamente igual ou semelhante.

Antes Deus quer

Que se perdoe um mau, que um bom padeça. (idem, p. 405).

Na sequência, Bechara expõe o fenômeno da **contaminação sintática** e utiliza, como definição, as seguintes palavras de Epifânio Dias (*apud* BECHARA, 1963, p. 331): “é a fusão irregular de duas construções que, em separado, são regulares”. Seguem-se os seguintes exemplos:

Fiz com que Pedro viesse

(fusão de Fiz com Pedro que viesse e Fiz que Pedro viesse)

Caminhar por entre mares.

(fusão de caminhar por mares e caminhar entre mares). (idem, p. 406).

Para finalizar as figuras de sintaxe, aborda **expressão expletiva ou de realce**, mostrando que é aquela que não exerce função gramatical e serve para enfatizar um termo da oração ou o pensamento na íntegra. Vejamos os exemplos:

*Nós é **que** sabemos viver.
Aqui é **onde** a ilusão se acaba.
Oh! Que saudades **que** tenho.* (idem, p. 406).

As próximas figuras analisadas são as de domínio da semântica, definida pelo autor como “o estudo da significação dos vocábulos e das transformações de sentido por que estes mesmos vocábulos passam” (idem, p. 340). Assim, para Bechara, na semântica, percebe-se que, muitas vezes, um vocábulo ao longo de sua história tem o seu sentido original alterado ou a sua esfera semântica ampliada assumindo novos valores. Vejamos essas figuras.

Bechara (1961, p. 418) inicia sua exposição pela **metáfora** que define como “translação de sentido por comparação mental” e cita exemplos, como:

*Cabelos de neve;
pesar as razões;
doces sonhos;
gastar rios de dinheiro (...).* (ibidem).

Sua abordagem é simples e objetiva, não enfatiza o uso constante da figura, porém não a desqualifica.

Metonímia é a próxima figura abordada, definida pelo autor como “translação de sentido pela proximidade de ideias” (idem, p. 341) e, em seguida, expõe os vários tipos de metonímia: causa pelo efeito, continente pelo conteúdo etc. Para cada tipo de metonímia, coloca alguns exemplos, mantendo a mesma abordagem simples e objetiva com a qual expôs a metáfora. Vejamos:

a) causa pelo efeito ou vice-versa ou o produtor pelo objeto produzido
Um Rafael (por um quadro de Rafael), as pálidas doenças (por doenças que produzem palidez) , ganhar a vida (por meios que permitem viver)

b) o tempo e o lugar pelos seres que se acham no tempo ou lugar:

A posteridade (pessoas do futuro), a nação (componentes da nação). (idem, p. 418)

Para finalizar, aborda o **eufemismo**, definindo-o como a “translação de sentido pela suavização da ideia”. Como exemplos, cita eufemismos utilizados:

para a morte: finar-se, falecer, entregar a alma a Deus e;

para a bebida: água que passarinho não bebe, abrideira. (idem, p.342).

O período histórico-político em que se insere a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara é marcado pelo início da chamada “redemocratização” do país, caracterizado pela consolidação do populismo nacionalista, o fortalecimento dos partidos políticos de caráter nacional e grande efervescência social. A indústria e, com ela, a urbanização, expandem-se rapidamente. É necessário que os filhos da classe trabalhadora também tenham acesso à educação.

A LDB foi um grande passo dado rumo à democratização do ensino. No entanto, essa democratização do ensino veio acompanhada de um corpo docente menos qualificado e, no que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, a ascensão das modernas teorias linguísticas, mal interpretadas por alguns estudiosos e professores, gerou um ensino de língua portuguesa pautado apenas na língua oral e espontânea deixando de lado o ensino de gramática.

O populismo nacionalista também contribuiu para essa super valorização da língua oral, já que, nos discursos demagógicos e sentimentais de certos políticos, era veiculada a ideia de que a massa popular deve ficar com a sua própria língua e não aceitar a língua da classe dominante.

Além disso, do ponto de vista cultural, o surgimento do Tropicalismo, influenciado pelo movimento antropofágico, procurou fazer uma síntese da heterogeneidade brasileira o que, mais uma vez, favoreceu o uso da língua das massas. Na literatura em prosa, embora as obras divirjam entre si, verifica-se, em

todos os estilos, a busca por uma literatura autêntica que explora as raízes históricas do país, mesclando aspectos da realidade humana e da nacionalidade.

Nesse período conturbado para o ensino de Língua Portuguesa, Evanildo Bechara lançou a sua *Moderna Gramática Portuguesa*, um rico compêndio que equilibra tradição e a modernidade. Sua obra traz elementos da moderna ciência linguística que, nesse momento, eram os estudos da linguística estrutural de Leonard Bloomfield, ao mesmo tempo em que mantém uma estrutura tradicional secular.

Procuramos, no presente capítulo, mostrar quem foi Evanildo Bechara, sua história de vida e seu percurso como pesquisador, professor e filólogo, além da importância de seus estudos para a língua portuguesa, mais precisamente de sua *Moderna Gramática*.

Foi possível comprovar que o autor conseguiu atingir o objetivo exposto, no prólogo da obra, no qual afirma que aquele que se interessar pelo ensino e o aprendizado da língua portuguesa encontrará, na *Moderna Gramática*, uma nova abordagem para diversos assuntos de suma importância sem desconsiderar ou desrespeitar a tradição, ou seja, tal obra tem uma caráter inovador e, ao mesmo tempo, tradicional.

Nosso mestre soube, nesse compêndio, unir tradição e modernidade de forma a contribuir enormemente com o ensino da língua portuguesa. Esse aspecto ficou nítido na análise das figuras de linguagem: embora tais fenômenos, para muitos estudiosos tradicionalistas, não sejam levados em consideração, para Bechara, são de suma importância para o perfeito entendimento da riqueza do idioma, considerando as modernas teorias linguísticas do período.

Vemos que, de fundamental importância para o estudo da língua portuguesa, tal obra se estende para as décadas de 1970, 1980 e 1990 e, após algumas reformulações e adequações, continua, ainda hoje, uma obra de referência, tanto para alunos, quanto professores e pesquisadores de língua portuguesa.

Em 1999, surge a 37^a ed. da obra, revista e ampliada. No ano de 2009, se dá a 17^a reimpressão, conforme o novo Acordo Ortográfico. No prefácio dessa

edição, Bechara enfatiza que todas as partes da gramática passaram por reformulação, fruto não só do seu amadurecimento como estudioso da linguagem, como também das críticas recebidas e da leitura de nossos melhores escritores. Afirma, ainda, que o intuito dessa nova edição é levar ao público leitor uma obra amadurecida por leituras atentas e minuciosas de diversos e respeitados teóricos da linguagem. O autor enumera, no prefácio, os pesquisadores que serviram de base para a revisão da obra, citando os nomes de Mário Barreto, Epifânio Dias, M. Said Ali, Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Júnior.

Com relação à orientação adotada, Bechara (2009, p. 19-20) faz a seguinte afirmação:

A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta Moderna Gramática Portuguesa, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas.

No que diz respeito às figuras de linguagem, o autor as mantém nas mesmas posições dentro da gramática, detalha um pouco mais a explicação e cita um número maior de exemplos. No entanto, essas explicações e exemplos são apenas complementados, visto que suas bases continuam idênticas às das edições anteriores, inclusive da edição analisada nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta dissertação, são tecidas algumas considerações para apresentar os resultados obtidos por esta investigação que teve como ponto de partida a análise das figuras de linguagem na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de M. Said Ali e na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, a fim de contribuir com o estudo da Língua Portuguesa já que tais obras foram e, ainda são, obras de referência para o estudo e ensino da Língua Portuguesa.

No capítulo I, foram contemplados os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas – disciplina que analisa o modo como o saber linguístico é interpretado e desenvolvido no curso do tempo. Esta pesquisa, antes de descrever seu objeto, abarcou, em uma visão histórica sucinta, o século XX, mais precisamente, a Primeira República e a República Liberal, para situar o momento em que as obras *Gramática Secundária* e a *Moderna Gramática Portuguesa* foram construídas. Além disso, foram tecidas algumas considerações sobre as principais correntes estilísticas do século XX.

O capítulo II privilegiou a descrição do momento social, político, econômico, cultural e educacional da Primeira República e da República Liberal.

Os capítulos III e IV apresentaram, respectivamente, os dados biográficos de Manuel Said Ali e de Evanildo Bechara, suas principais obras e um estudo da *Gramática Secundária* de Said Ali e da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara. O estudo das obras foi centrado na maneira como esses estudiosos abordaram as figuras de linguagem. O resultado dessa leitura e dessa análise foi satisfatório, pois conseguimos compreender a maneira com que cada autor aborda as figuras de linguagem estando, ambos, em consonância com o momento histórico, político, cultural e educacional em que estão inseridos.

No que se refere ao objetivo específico – descrever o momento político, social, econômico, cultural e educacional dos períodos em que as gramáticas foram publicadas –, além de ser alcançado, foram também contempladas as principais correntes linguísticas e estilísticas que vigoraram no século XX.

Constatamos que o contexto histórico e linguístico influenciou na postura de ambos os autores, na produção de suas obras.

Em relação à análise descritivo-analítica das figuras de linguagem presentes na *Gramática Secundária*, de Said Ali e na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, ao abordagem nos permitiu, também de modo satisfatório, evidenciar, por meio da organização das obras e das marcas linguísticas, as influências sócio-político-culturais marcantes, que embasaram a elaboração das obras, principalmente, no que diz respeito à elaboração das definições e das figuras de linguagem e a sua localização nas partes dessas gramáticas.

Justifica-se esta investigação pelo fato de ambos os autores serem considerados referência no tocante à pesquisa e ensino de língua portuguesa. Suas obras, até hoje, servem de referência para alunos, professores e estudiosos de língua portuguesa.

Os critérios para a análise das obras obedeceram à seguinte sequência: leitura linear das referidas obras com o propósito de verificar como esses autores as organizaram e como abordaram as figuras de linguagem; e verificação de como esse conteúdo está relacionado com as condições externas, tais como tempo, espaço, política, sociedade, cultura e as concepções linguísticas dos respectivos períodos.

Por meio deste estudo, foi possível verificar que a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Manuel Said Ali e *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara são, ainda hoje, consideradas obras de referência, pois ambos os autores conseguiram expor, de maneira eficaz, o conteúdo gramatical, considerando as concepções linguísticas do período de publicação das obras, além de demonstrarem profunda preocupação com a questão do ensino, visto que escreveram compêndios ricos em conteúdo, atualizados de acordo com a época, em linguagem simples, porém completa.

No que diz respeito às figuras de linguagem, constatamos que o tratamento dado a esse tema foi bastante relevante, principalmente na *Gramática Secundária*, pois, no momento de sua publicação, os estudos de estilística ainda nem haviam dado os primeiros passos Brasil, o que demonstrou, sem dúvida,

uma visão precursora do autor. Na *Moderna Gramática Portuguesa*, embora as modernas teorias linguísticas do período estivessem enfocando, com bastante prioridade, a questão da língua oral e espontânea, Bechara deu um tratamento cauteloso, mas não pobre, às figuras de linguagem, já que, no período em questão, houve uma banalização do ensino da gramática. Dessa maneira, o autor procurou manter um equilíbrio entre as modernas teorias linguísticas do período e a tradição secular da gramática, de forma a não banalizar nenhum dos lados, mas dando a devida importância aos dois.

Dessa maneira, passamos a entender melhor como um autor de gramática deve se posicionar para escrever compêndios que atendam às necessidades dos alunos, respeitando e levando em consideração o momento histórico, cultural, educacional, sem deixar de lado correntes linguísticas em vigor no período.

As características mais marcantes que pudemos verificar, nos autores, por meio do estudo das obras em questão, foram, em Said Ali, a visão linguisticamente precursora; e, em Evanildo Bechara, o equilíbrio entre o “novo” e o tradicional.

Por meio desta pesquisa, pretendemos deixar uma contribuição a todos aqueles que se interessam pelo estudo e ensino da língua portuguesa. Não obstante, podemos afirmar que esta investigação pode ter continuidade, já que foram analisadas apenas uma obra de cada autor, e, dentro delas, apenas as figuras de linguagem. Esses autores, porém, possuem rica bibliografia que pode e deve ser estudada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. (1919) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: TYP. BESNARD FRÉRES. [1908].

_____. (1921) *Lexeologia do Português Histórico*. Rio de Janeiro: TYP. BESNARD FRÉRES.

_____. (1965). *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo. [1923].

_____. (1964) *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. [1931].

_____. (1971) *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Documentação. [1930].

_____. (2006) *Investigações Filológicas*. 3ed. Rio de Janeiro: Lucerna.

ANTEZANA, M. B. O. (2004) *História das Ideias Linguísticas: a construção da nova imagem política do Brasil no jornal Correio Braziliense*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC.

AUROUX, S. (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.

AZEVEDO, F. (1963) *A Cultura Brasileira*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

BECHARA, E. (1963) *Moderna Gramática Portuguesa*. 8.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. [1961].

_____. (1969) *A contribuição de M. SAID ALI à LINGUISTICA PORTUGUESA*. Porto Alegre: Instituto Cultural Brasileiro – Árabe.

_____. (2006) *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*. 12. ed. São Paulo: Ática.

_____. (2008) Evanildo Bechara em Primeira Pessoa. In: Bastos, N., FACCINA, R. L. S., HACKEROTT, M.M. S., PALMA, D. V. (orgs). *Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____. (2009) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª Ed., 17ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna.

BECHARA, M. (2008) O Homem Intelectual Evanildo Bechara. In: Bastos, N., FACCINA, R. L. S., HACKEROTT, M.M. S., PALMA, D. V. (orgs). *Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BORGES, J. M. (2008) *Um Estudo Descritivo – Analítico da Gramática Metódica da Língua Portuguesa e do Dicionário de Questões Vernáculas de Napoleão Mendes de Almeida*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC.

BRANDÃO, R. O. (1989) *As Figuras de Linguagem*. São Paulo: Ática.

BRÉAL, M. (1992). *Ensaio de Semântica*. São Paulo: EDUC – Tradução de Aída Ferras, Eduardo Guimarães, Eleni Jacques Martins e Pedro de Souza.

BURKE, P. (1990) *A Escola dos Annales 1929-1989 – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP.

CALDAS, A.L. (2004) *O Historicismo e a Escola dos Annales*. In: Revista Primeira Versão, ano 1, nº 183. Porto Velho: EDUFRO.

CÂMARA JR., J. M. (1975) Said Ali e a Língua Portuguesa. In: Uchoa, C. E. F (org). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação Editora da Fundação Getúlio Vargas.

_____. (1978) *Contribuição à Estilística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

_____. (1997) *Dicionário de Linguística e Gramática*. 26. ed. São Paulo: Vozes.

CARNEIRO RIBEIRO, E. (1957) *Gramática Portuguesa Filosófica*. 4. ed. Bahia: Livraria Progresso Editora.

CARVALHO, J. M. (2008) *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, M. M. C. (2003) *A Escola e a República e Outros Ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF.

CASAGRANDE, N. S. & FACCINA, R. L. S. (2006) A Gramática Expositiva da Língua Portuguesa: uma abordagem historiográfica. In: Bastos, N. B. & Palma, D. V. (orgs). *História Entrelaçada 2 – A construção de Gramática e o Ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX*. Rio de Janeiro: editora Lucerna.

CASIMIRO, A. D. (2004) *A gramática científica de Eduardo Carlos Pereira*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC.

CAVALIERE, R. (2000) *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense.

_____. (2008) Os Primeiros Ensaios de Evanildo Bechara. In: Bastos, N., FACCINA, R. L. S., HACKEROTT, M.M. S., PALMA, D. V. (orgs). *Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira (Lucerna).

CHAVES DE MELO, G. (1976) *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora Ltda.

_____. (1978) *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico S/A.

CLEMENTE, E. Filólogo Celso Pedro Luft- de Manuel Said Ali à Moderna Gramática Brasileira. Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, n. 3, 2006. Disponível em: < [http:// WWW.filologia.org.br/ixcnlf/3/06. htm](http://WWW.filologia.org.br/ixcnlf/3/06.htm)

COSTA, L.C.A. & MELO, L.I.A. (2000) *História da Brasil*. São Paulo: Scipione.

ELIA, S. (1975) *Ensaio de Filologia e Linguística*. 2. ed. São Paulo: Editora Grifo.

FACCINA, R. L. S. (2002) *Políticas Linguísticas: Normatização do Ensino de Língua Portuguesa no Século XX*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.

FACCINA, R. L. S; CASAGRANDE, N. S. & HANNA, V. L. H. (2008) Evanildo Bechara e a Moderna gramática portuguesa: Uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N., PALMA, D. V. (orgs). *História Entrelaçada 3 – a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira (Lucerna).

FAUSTO, B. (1997) *História do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Edusp.

FÁVERO, L. L. & MOLINA, M. A. G. (2006) *As Concepções Linguísticas no Século XIX : A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.

GADOTTI, M. (2008) *História das Ideias Pedagógicas*. 8.ed. São Paulo: Ática.

GHIRALDELLI JR., P. (2006) *História da Educação Brasileira*. 1.ed. São Paulo. Cortez.

GUIRAUD, P. (1970). *A Estilística*. São Paulo: Editora Mestre Jou.

HACKEROTT, M. M. (2008) As Lições de Said Ali (1861 – 1953): Uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N., PALMA, D. V. (orgs.). *História Entrelaçada 3- a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna).

HOBBSAWM, E.J. (1994) *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

LAPA, M. R. (1991) *Estilística da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

LE GOFF, J. (2005) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes.

LE GOFF, J. & NORA, P. (1988) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

- LUFT, C. P. (1960) *Gramática Resumida*. 9. ed. Porto Alegre: Globo.
- MACIEL, M. (1916) *Gramática Descritiva*. Belo Horizonte: Francisco Alves e Cia.
- MARTINS, N. S. (2008) *Introdução à Estilística*. 4. ed. São Paulo: Edusp.
- MOLINA, M. A. G. (2004) *Um estudo descritivo- analítico da Gramática Expositiva (curso superior) de Eduardo Carlos Pereira*. Tese de doutorado. São Paulo: USP.
- MORAES, J. V. (2008) *LÍNGUA, CULTURA E CIVILIZAÇÃO: um estudo linguístico das ideias de Serafim da Silva Neto*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP.
- NASCENTES, A. (1939) *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ORLANDI, E. P. (1986) *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2001) *História das Ideias Linguísticas – Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*, São Paulo: Pontes; Mato Grosso: Unemat.
- _____. (2002) *Língua e Conhecimento Linguístico*. São Paulo: Cortez.
- PRETI, D. (2008) Nas “entrelinhas” da gramática. In: Palma, D., Hackerott, M. S., Bastos, N. B., Faccina, R. L. S. (orgs) *Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- RIBEIRO, João. (1933) *Grammatica Portuguesa*. 22^a Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- RIBEIRO, Júlio (1919) *Grammatica Portuguesa*. 13^a Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ROCHA LIMA, C. H. (1976) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RODRIGUES, J. H. (1956) *Correspondência de Capistrano de Abreu*. 3 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- SANTOS, T. M. (1967) *Noções de História da Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SAUSSURE, F. (1999) *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- SILVA NETO, S. (1955) *In Memoriam Manuel Said Ali*. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, 1, tomo 1, p. 109 – 112.
- SILVA, M. & NOGUEIRA, S. (2008) Percurso gramaticográfico de Celso Cunha: da Gramática do português contemporâneo à Nova gramática do português contemporâneo. In: BASTOS, N., PALMA, D. V. (orgs.). *História Entrelaçada 3: a*

construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SOARES, M. (2002) Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (org). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola.

TORRES, A. (2008) Até ao Prof. Evanildo Bechara: nos meus caminhos da gramática e filológicos – linguísticos. In: CAVALIERE, R. (org.) *Entre laços entre textos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

VIANNA, S. B.(1987) *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: BNDES.

WEEDWOOD, B. (2002) *História concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

WEFFORT, F. (1978) *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.